



Anais da Assembléia

N.º 149

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 22 DE DEZEMBRO DE 1983.

ANO IX

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.ª LEGISLATURA

ATA DA 138.ª SESSÃO ORDINÁRIA

CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA

REALIZADA EM 22 DE DEZEMBRO DE 1983

QUINTA-FEIRA

Presidência do senhor deputado Trajano Bastos, secretariada pelos senhores deputados Edmar Luiz Costa e Erondy Silvério.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Werner Wanderer, Gernote Kirinus, Francisco Escorsin, Dirceu Manfrinato, Fuad Nacii, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airton Cordeiro, Amélia Hruschka, Anibal Khury, Antônio Anibelli, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Djalma de Almeida Cesar, Donato Gulín, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Antônio Belinati, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Bufara, Nelson Vasconcellos, Nilso Sguarezi, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Quielse Crisóstomo, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Tuguio Setogutte e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede a leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede a leitura do seguinte EXPEDIENTE:

Mensagens:

Mensagem n.º 178/73

Curitiba, 13 de dezembro de 1983.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de solicitar providências de vossa excelência no sentido de que as matérias de que tratam as Mensagens n.ºs 150/83, 172/83, 173/83 e 174/83 sejam incluídas entre as arroladas para apreciação no atual período de convocação extraordinária dessa augusta Casa de Leis

Outrossim, aproveito da oportunidade para comunicá-lo que a convocação extraordinária dessa Assembléia Legislativa, objeto da Mensagem n.º 170/83, foi para até 30 dias a contar de 06 de dezembro e não como constou da aludida Mensagem.

Valho-me do ensejo para apresentar a vossa excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ

Governador do Estado.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Requeiro, com base no Regimento Interno, preferência na discussão e votação para os Projetos de Lei n.ºs 231 e 260/83, constantes da Ordem do Dia de hoje.

Sala das Sessões, em 22 de dezembro de 1983.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, para que seja consignada na ata dos trabalhos da sessão de hoje, um voto de pesar pelo falecimento do senhor Nazário Antônio de Oliveira, ocorrido recentemente no município de Barbosa Ferraz, com conseqüente encaminhamento ao excelentíssimo senhor Arnaldo Conegliam, prefeito municipal daquele município.

As grandes ações que originam conquistas, só são possíveis ante a soma de todos os esforços, dos pequenos gestos, mas sem dúvida imprescindíveis.

O desaparecimento do eminente senhor Nazário Antônio de Oliveira, faz com que se reflita sobre a importância indispensável das lideranças comunitárias, na busca de uma nova sociedade mais justa e igualitária.

Ao longo dos anos, o Partido do Movimento Democrático Brasileiro, cresceu sucessivamente, aplicando seu respaldo e representatividade junto a toda coletividade, sendo que para tal, os primeiros passos da construção deste Partido, foram árduos, cheios de obstáculos e dificuldades, ante à ausência da liberdade e a presença de ações autoritárias, e que vem sendo rompidas em função da disposição de luta de seus integrantes, desde os períodos obscuros a exemplo do senhor Nazário Antônio de Oliveira, que presidiu o então MDB.

Sala das Sessões, em 22 de dezembro de 1983.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que a este subscreve, REQUER, depois de ouvido o Plenário, voto de repúdio às recentes medidas do ministro da Previdência Social, anunciadas pelo ministro Jarbas Passarinho, as quais pretendem ainda mais uma vez penalizar o previdenciário brasileiro.

Sala das Sessões, em 22 de dezembro de 1983.

(a) MÁRCIO ALMEIDA.

JUSTIFICATIVA:

Em um País em que o governo tenha o devido respaldo popular, quando um ministro assevera publicamente que seu Ministério não irá tomar certas medidas que contrariem a vontade popular, tudo permanece calmo. O que, naturalmente, não é o caso do Brasil. Aqui, cada vez que um ministro jura de pés-juntos que não irá tomar certas atitudes, acostumamo-nos a esperar exatamente o contrário.

É o que está ocorrendo hoje, por exemplo, com o Minis-

tério da Previdência Social, em que o seu titular ministro Jarbas Passarinho, vem fazendo sua pregação no sentido de implantar algumas modificações no sistema previdenciário brasileiro, que começariam com o corte de alguns benefícios para os segurados que ganham acima de dez salários-mínimos, os quais teriam que pagar parte das consultas e internações, além de possivelmente, perderam os auxílios-natalidade, funeral e reclusão e o salário-família.

Ainda recentemente, para ser mais preciso, no dia 16.12.83, o "Jornal da Tarde" de São Paulo, publicou extensa reportagem abordando o assunto. E, esquecendo-se de que o governo que representa não tem o necessário respaldo popular, o ministro Passarinho, diz que "se não tiver uma solução solidária, não terá como resolver o problema". É bom o senhor ministro lembrar-se que só um governo com respaldo popular pode exigir tal solução solidária, na qual fica implícita a quem vai caber o ônus, ou seja, o previdenciário.

Além disso, os desmandos neste País são tantos, que não podemos crer cegamente que essas medidas irão atingir somente os que ganham mais. Sabemos hoje, que essas medidas aparentemente, populares, além de não representar nenhuma economia, poderão depois ser estendidas aos trabalhadores com remuneração mais modesta, pois, ainda estão bem vivos em nossa memória, os Decretos- Leis nº 2912, 2024, 2036 e 2045.

A própria reportagem citada anteriormente, deixa claro as contradições existentes nas medidas anunciadas pelo Ministro Passarinho. Basta ver as declarações de um alto dirigente do sistema previdenciário, o qual afirmou que o atendimento médico não será cobrado de previdenciário algum. Entende esse dirigente que o anúncio dessas medidas não passam de uma tática do ministro para ganhar espaço numa área onde a previdência tem muitas dificuldades: a Secretaria do Planejamento da Presidência da República, ou seja, pretende o ministro pressionar Delfim Neto usando a reação dos previdenciários.

Como tática, nada temos a analisar, pois, cada qual utiliza-se daquela a que está mais acostumado, só que neste caso, ela consubstancia-se na aflição dos previdenciários, aliás prática usual deste atual governo. E é bom lembrar também que as medidas pretendidas pelo ministro Passarinho, já foram repudiadas pelas classes trabalhadoras que participaram do 1.º Conclat.

Para nós, está claro que a crise da previdência só será resolvida da seguinte forma: 1.º — modificação na forma de arrecadação, com as empresas passando a recolher sobre o faturamento; ao invés da folha de pagamento, medida que beneficiaria pequenas e médias empresas; e 2.º - reformulação total do modelo atual de assistência médica, com o que se retomaria o mercado de trabalho, hoje ocupado pelas empresas de medicina de grupo.

Para finalizar, é bom que fiquemos atentos ao fato de que terá que ser montada uma superestrutura arrecadadora com a finalidade de receber a complementação oriunda da cobrança de parte das consultas e internações, o que trocado em miúdos, significa que o montante arrecadado será equivalente aos recursos investidos na sua arrecadação. Dá para entender isso?

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, Requer à Mesa, após ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial ao excelentíssimo senhor governador do Estado, no sentido de que seja liberado recurso de ordem financeira para auxiliar no pagamento do décimo terceiro ao funcionalismo público do município de Quinta do Sol.

Aproxima-se o final do ano, e a prefeitura municipal de

Quinta do Sol não tem disponível em seus cofres públicos recursos para efetuar o pagamento aos funcionários públicos no que tange ao décimo terceiro salário, havendo a necessidade de obter verbas que possam assegurar o pagamento normal àquela classe trabalhadora.

Aquela situação existente, é oriunda da grave situação econômica por que passa o País, atingindo especialmente os municípios como Quinta do Sol, onde existem os maiores reflexos de tal conjuntura.

Neste sentido, é necessário que o governo do Estado, destine, o mais urgente possível, recursos capazes de assegurar o pagamento ao conjunto dos funcionários de forma normal.

Sala das Sessões, em 22 de dezembro de 1983.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, Requer à Mesa, após ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial ao excelentíssimo senhor governador do Estado, no sentido de que seja liberado recursos para o pagamento aos funcionários públicos municipais de Roncador.

Com a proximidade do final do ano, o conjunto dos funcionários públicos, na expectativa, aguarda o recebimento do décimo terceiro salário, que no entanto corre o risco de não se efetivar como um todo se não houver um apoio junto à Administração Municipal daquele município, através do governo do Estado.

A crise existente atinge todos os setores de nossa sociedade, mas é na esfera municipal onde pode-se sentir os maiores problemas, em face dos encargos que estes tem, o que coloca as prefeituras em enormes dificuldades, tendo em vista a irrisória parcela proveniente dos cofres da União, incompatíveis com as suas reais necessidades.

Espera-se, portanto, um posicionamento do governo do Estado, no sentido de resolver a situação do funcionalismo público de Roncador, que é apenas uma das muitas conseqüências de tal conjuntura econômica.

Sala das Sessões, em 22 de dezembro de 1983.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, Requer à Mesa, após ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial ao excelentíssimo senhor governador do Estado, no sentido de que seja liberado recursos de ordem financeira, para o pagamento do décimo terceiro salário aos funcionários públicos de Peabiru.

Com vistas à necessidade do pagamento aos integrantes daquela classe, no que diz respeito ao décimo terceiro salário, a Prefeitura municipal de Peabiru encontra-se com escassez de recursos de ordem financeira, em face a difícil situação deixada por gestões anteriores.

É imprescindível, conforme as razões ora discorridas, que haja por parte de vossa excelência, uma postura que seja capaz de atender o mais urgente possível o proposto, ou seja destinando recursos financeiros, haja visto a expectativa existente nos funcionários públicos.

Sala das Sessões, em 22 de dezembro de 1983

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, Requer à Mesa, após ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial ao excelentíssimo senhor governador do Estado, encarecendo a liberação de recursos para o pagamento ao funcionalismo público do município de Sertãoópolis.

De características eminentemente voltadas para a agricultura, Sertãoópolis, nos últimos anos tem enfrentado sérios problemas naquele setor, onde praticamente já existe o domínio das grandes propriedades agrícolas, que acompanhando a evolução tecnológica, vem fazendo desaparecer gradativamente o pequeno agricultor. Tal situação, dado às mudanças de rumos, gerou a saída de grande parte dos trabalhadores rurais, que sem estrutura e campo de ação, procuraram outras oportunidades, provocando acentuadamente, o chamado êxodo rural, havendo também como consequência, o enfraquecimento do comércio de um modo geral.

Aliado a outros reflexos, Sertãoópolis teve sua estrutura econômica fortemente abalada, cujos desdobramentos são mais sentidos a nível municipal, a ponto de não se poder assegurar o encaminhamento de obras consideradas prioritárias ou para o pagamento do décimo terceiro salário ao funcionalismo público, (tendo em vista a proximidade do final do ano) sendo que este é um dos maiores problemas.

Neste sentido, para assegurar o cumprimento destas obrigações salariais, espera-se que, através do governo do Estado, possa-se liberar recursos de ordem financeira, capazes de assegurar o pagamento normal àquela classe.

Sala das Sessões, em 22 de dezembro de 1983.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, Requer à Mesa, após ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial ao excelentíssimo senhor governador do Estado, no sentido de que seja liberado, em caráter de urgência, recurso de ordem financeira para ser aplicado no pagamento do décimo terceiro salário do funcionalismo público de Boa Esperança.

Vivencia-se nos dias atuais, uma gafe crise geradora de vários problemas de ordem social, fruto de uma política do Governo Federal, que nada ou pouco faz para adotar diretrizes que se voltem para a eliminação dos desníveis do poder aquisitivo da população brasileira, é sabido que dentre as inúmeras destaca-se a má distribuição dos impostos, onde o governo fica com mais de 80 por cento do total arrecadado, sobrando aos municípios, menos de 5 por cento.

Tal situação coloca os municípios em crise, ao ponto de não possuírem recursos para pagamento dos funcionários no que se refere ao décimo terceiro.

Neste sentido, espera-se por parte do excelentíssimo senhor governador a tomada de medidas que se dirijam para a concretização do que ora é proposto.

Sala das Sessões, em 22 de dezembro de 1983.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, Requer à Mesa, após ouvido o Plenário, en-

caminhamento de solicitação oficial ao excelentíssimo senhor governador do Estado, no sentido de que seja liberado recursos para pagamento ao funcionalismo público da municipalidade de Nova Cantú.

Tendo em vista o término do ano, os funcionários públicos aguardam o recebimento do décimo terceiro salário, o que por sua vez, a prefeitura municipal tem enfrentado dificuldades das mais diversas, decorrentes da falta de uma estrutura econômica favorável, o que impossibilita, entre outras coisas, saldar tal compromisso com aquela classe.

Aquela situação prende-se ao fato de não existir uma estrutura tributária que assegure aos municípios uma maior parcela de recurso, havendo grandiosa concentração financeira por parte do governo federal, que por sua vez, não os repassa aos municípios, deixando-os em difícil situação, como Nova Cantú.

Espera-se do excelentíssimo senhor governador, um posicionamento capaz de garantir o pagamento aos funcionários públicos, eliminando em parte, as dificuldades que estes tem vivenciado nos últimos anos, em decorrência da falta de uma atenção mais condizente.

Sala das Sessões, em 22 de dezembro de 1983.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, Requer à Mesa, após ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial ao excelentíssimo senhor governador do Estado, no sentido de que seja liberado recursos para pagamento ao funcionalismo público de Mamborê.

No que se refere ao quadro do funcionalismo público a prefeitura municipal de Mamborê se vê, em face da ausência de recursos, impossibilitada de assegurar o pagamento àquela quanto ao décimo terceiro salário. Ademais, aquela administração tem realizado incontáveis esforços, que vão desde a contenção de despesas até a reivindicação de verbas, procurando resolver ao menos os problemas mais prementes, mas, mesmo diante desta postura, muitas são as prioridades que correm o risco de não se concretizarem.

Atualmente, o problema que exige atenção especial e, sem dúvida alguma, o pessoal que presta serviços públicos, pois, vários foram os fatos no passado que evidenciam a falta de uma atenção especial, e mais do que isto, ações justas, tendo em vista isto, torna-se imprescindível garantir as condições estabelecidas aos funcionários, notadamente agora quando aproxima-se o final deste ano, quando deve ser efetuado o pagamento do décimo terceiro salário.

As razões ora discorridas, servirão por certo, para uma análise dentro da realidade ao que se refere, onde é aguardado, após tal avaliação, um posicionamento capaz de assegurar a liberação de recursos de ordem financeira.

Sala das Sessões, em 22 de dezembro de 1983.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, Requer à Mesa, após ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial ao excelentíssimo senhor governador do Estado, no sentido de que seja liberado recursos de ordem financeira, para o pagamento do funcionalismo público de Mariluz.

O município de Mariluz encontra-se com diversos proble-

mas financeiros, pois a atual administração, assumiu aquele Poder Executivo diante de várias dívidas contraídas especialmente pela última gestão, onde existia, por muitas vezes, a aplicação de recursos sem uma devida avaliação quanto a sua real necessidade. Aliado àquela situação, Mariluz conta com outra adversidade, como todos os demais municípios brasileiros, que é a falta de recursos compatíveis com as aspirações desenvolvimentistas, tendo em vista a estrutura tributária que vige no País, há muitos anos, responsável maior pela crise existente.

Por muitas vezes, Mariluz, através de sua administração, tem enfrentado verdadeiros transtornos para concretizar metas anunciadas em campanha eleitoral, que vão desde a normalização e conservação de estradas até o pagamento e justas reivindicações dos funcionários públicos. É justamente sobre a classe do funcionalismo onde encontra-se a maior problemática agravada mais ainda em face do décimo-terceiro salário, exigindo do município recursos dos quais a administração não tem, havendo, portanto, o imprescindível apoio por parte do governo do Estado, através do envio de recurso orçamentário para aquela cidade em caráter de urgência.

Sala das Sessões, em 22 de dezembro de 1983.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que abaixo subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao excelentíssimo sr. dr. Deni Schwartz, DD. Secretário dos Transportes, e sr. Olivo Zanella, diretor geral do DER, solicitando melhorias no trecho compreendido entre Marechal Cândido Rondon ao distrito de Porto Mendes, passando por Curvado e Iguaporã.

Sala das Sessões, em 22 de dezembro de 1983.

(a) WERNER WANDERER

JUSTIFICATIVA:

Marechal Cândido Rondon é um município de características eminentemente agrícolas que são o esteio da própria economia, e está com o trajeto acima citado totalmente danificado, dificultando sobremaneira o tráfego de escoamento de sua riqueza local.

Além disso, o referido trecho é utilizado pelos que demandam ao lago de Itaipu, mais especificamente Porto Mendes, onde situa-se o parque turístico e praia artificial, construídos com recursos do Prodopar, enquanto a população rondonense aguarda a execução da pavimentação asfáltica deste trajeto, faz-se o imperioso e urgente recuperação de ensaibramento primário dessa vital via pública.

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à vossa excelência, após ouvido o plenário, seja oficiado ao excelentíssimo senhor Secretário do Interior, solicitando prestar à esta Casa as informações seguintes:

1 — Quais os municípios do Estado que receberam recursos financeiros, tubos e outros materiais para combate à erosão, através da Sucepar, detalhando o município e o seu respectivo valor, durante o exercício de 1983;

2 — Qual é a programação de obras e serviços previstos para o exercício de 1984, pela Sucepar, dentro do Projeto Noroeste, especificando o município e o seu respectivo valor.

Sala das Sessões, em 22 de dezembro de 1983.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições

regimentais, REQUER, após ouvido o plenário, seja transcrito na ata dos trabalhos da sessão de hoje e nos anais desta Assembléia, a íntegra do telex enviado pelas cooperativas paranaenses, onde externam veemente protesto pelo aumento da alíquota do ICM.

Sala das Sessões, em 22 de dezembro de 1983.

(a) GABRIEL MANOEL

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI N.º 263/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica vedado, no âmbito da administração direta, o ato de admissão de pessoal, que não seja através do regime estabelecido pelo Estatuto dos Funcionários Civis do Estado e por concurso público.

Art. 2.º — Os atuais servidores contratados pela administração direta sob o Regime da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, serão mediante concurso interno, nomeados para o Quadro Próprio do funcionalismo público estadual.

Art. 3.º — No prazo de 90 dias após a publicação desta lei, o Poder Executivo através de Decreto a ser baixado pela Secretaria de Estado da Administração, regulamentará o estabelecido nos arts. 1.º e 2.º.

Art. 4.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22 de dezembro de 1983.

(a) AIRTON CORDEIRO

Apoio: Luiz Alberto Oliveira, Tércio Albuquerque, Ezequias Losso, Erondy Silvério, Basílio Zanusso, Péricles Pacheco e Odeni Mongruel.

JUSTIFICATIVA:

Com o presente plano de lei pretendemos estabelecer uma política de pessoal equânime dentro da administração direta do Estado do Paraná, com grande proveito para o serviço público.

Atualmente, a disparidade de tratamento entre o pessoal estatutário e o pessoal contratado pelo regime CLT, tem ocasionado inúmeras injustiças com prejuízos evidentes para a administração do Estado, pelo desencontro da política de pessoal, gerando desigualdades inaceitáveis.

Apresentamos o presente plano de lei, que esperamos conte com o apoio e aprovação dos senhores deputados, com a finalidade de eliminar distorções e uniformizar o regime jurídico dos milhares de funcionários públicos estaduais.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao sr. deputado Gilberto Carvalho.

Ausente, concedo a palavra ao sr. deputado Ezequias Losso.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Sr. presidente, srs. deputados. (Lê):

"Todos sabem que Cristo não nasceu no dia 25 de dezembro, também sabem que Papai Noel não existe. O dia 25 de dezembro é a herança, que recebemos do paganismo oriental, muito popular no Império Romano. Papai Noel, por sua vez, vem da mitologia nórdica, como um deus da bondade.

Então, por que o Natal?

Porque o homem precisa saber, mais que nunca, o que é bondade, o que é dar, e, acima de tudo, o que é amor. Além disso, o Natal lembra o Ser que trouxe Vida aos homens de boa vontade.

O médico, dr. Thomas Dooley, seguindo fielmente os passos de seu mestre, Albert Schweitzer, passou sua vida levando conforto material e espiritual aos aflitos do extremo oriente.

Da longínqua aldeia de Muong Sing, no Laos, em 1958, ele enviou uma mensagem de Natal ao mundo. Peço agora li-

cença para retransmitir essa mensagem:

"É muito bom que se observe o dia de Natal, mas será melhor se conservarmos em nosso íntimo esse mesmo espírito durante todo o ano. Quem o conserva, sente a supremacia da vida em comunidade sobre a vida individual... Existe algo melhor do que a mera observância do dia de Natal que é a conservação do seu espírito. Estareis vós dispostos a esquecer o que fizestes pelos outros, e lembrar-vos somente daquilo que os outros fizeram por vós?

"Estareis dispostos a ignorar o que o mundo vos deve e a pensardes um pouco do que deveis ao mundo? A colocar os vossos direitos lá longe, no fundo; os vossos deveres no meio e, bem na frente, as vossas oportunidades de fazer um pouco mais do que o vosso dever?... Estareis dispostos a reconhecer que, provavelmente, a única razão plausível para a vossa existência não é aquilo que ides usufruir da vida mas, sem, aquilo com que ides contribuir para ela? Estareis dispostos a encerrar a vossa lista de queixas contra a administração do Universo e a olhar em volta à procura de um lugar em que possais plantar sementes de felicidade? Estareis dispostos a fazer tudo isso, mesmo que seja só por um dia? Nesse caso, então, estareis observando o Natal.

"Estareis dispostos a vos abaixardes para tomar conhecimento das necessidades e desejos das criaturas, de vos lembrardes da fraqueza e da solidão daqueles que estão se tornando velhos, a deixardes de querer saber o quanto os vossos amigos vos amam, para saberdes, vós mesmos, o quanto amais aos outros?... Estareis dispostos a cavar uma sepultura para os vossos pensamentos maus, e a fazer um jardim para os vossos bons sentimentos, conservando bem abertos os seus portões? Estareis dispostos a fazer tudo isso, nem que seja por um só dia? Nesse caso, então, estareis observando o Natal.

"Estareis dispostos a vos convencerdes que o amor é a coisa mais forte do mundo, mais forte do que o ódio, mais forte do que o mal, mais forte do que a morte? E que a Vida Sagrada, que teve início há mais de 1.900 anos, em Belém, é a imagem e a luz do amor eterno? Nesse caso, então, estareis observando o Natal, e, se fizerdes por um dia, por que, então, não fazê-lo sempre?"

De nossa parte, srs. deputados, sentimos que as interrogações sobre os destinos do Estado, sobre a crise, ou sobre nossas vidas particulares, nos envolveram de tal maneira, que esquecemos de Deus, como fonte da sabedoria, capaz de responder as maiores questões.

Nesta Casa, dizemos que os trabalhos se iniciam diariamente, "Sob a proteção de Deus". Mas, às vezes, isto é tão mecânico, tão superficialmente mencionado, que passa despercebido pela maioria dos parlamentares.

Como cristãos, dispostos a conservar o verdadeiro espírito de Natal, por todo o ano, apreciaríamos que, na abertura das sessões legislativas, houvesse uma busca mais enfática da sabedoria divina. Enquanto isso, propomos que, ao início de nossos trabalhos diários, reflitamos sempre, que esta Casa delibera na presença de Deus, nosso Criador Mantenedor e Salvador."

Era só, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Concedo a palavra ao orador inscrito, sr. deputado Rubens Bueno.

O SR. RUBENS BUENO — Senhor presidente, senhores deputados. (Lê):

"Embora a grande maioria dos ocupantes de cargos públicos no Paraná esteja ciente da importância de tais cargos, e da necessidade de se manter a moralidade na máquina administrativa do Estado, no exercício de determinadas funções ainda existem, infelizmente, pessoas para quem essa máxima não está bem presente.

Pessoas como essas denigrem a imagem de seriedade no trato com a coisa pública, imagem que vem sendo implantada desde o início do seu mandato pelo governador José Richa. Por essa razão, atitudes lamentáveis desse tipo, em que ao contrário de haver parcimônia e cuidado no manejo com as coisas de propriedade pública, há desleixo, mau uso ou abuso, devem ser imediatamente denunciadas.

Dentro dessa ordem de idéias, cabe principalmente aos órgãos de comunicação apontar e divulgar esse tipo de atividades criminosas; e neste particular, a "Gazeta do Centro Oeste", periódico de grande circulação na região de Campo Mourão, é um órgão extremamente atento a qualquer tipo de atividade menos escrupulosa, tendo nos últimos tempos dado grande contribuição à moralização administrativa.

Neste sentido, e confirmando seu posicionamento rígido frente a esses desmandos, aquele quinzenário voltou a fazer uma grave denúncia, na sua edição de 17 de dezembro; desta feita, o acusado é o sr. Felício Mariano Pazian, chefe do Funrural do município de Peabiru. Segundo o conceituado periódico mourãoense, aquele titular do Funrural está sendo acusado de cobrar honorários de pessoas que buscam o escritório pedindo aposentadoria.

Usando de sua condição de chefe de um órgão público que se encontra ao serviço do município, o sr. Felício passou a cobrar "taxas" extras por suas atividades normais, e para as quais é pago pelo Funrural para desenvolver. Porém, se deu mal, pois, que uma de suas vítimas, a senhora Suzana Borista Paulino, deu queixa de suas inescrupulosas atividades na delegacia policial de Peabiru, após haver pago a quantia de Cr\$ 40.000,00 na ocasião da entrega do seu carnê de aposentadoria.

Para se combater a corrupção a nível global, como é desejo de toda a sociedade paranaense, é necessário começar por estes pequenos casos a nível municipal, para que posteriormente sejam averiguados outros atos corruptos em escalas mais abrangentes.

O espírito tendencioso, como foi denominada a atuação do periódico "Gazeta do Centro Oeste" ao fazer as acusações sobre as imoralidades administrativas, é somente característico daqueles que têm alguma coisa a perder no momento que tais acusações, depois de provadas suas existências, saem estampadas nos meios de comunicação, abalando pretensas idoneidades.

Urge, pois, desconhecendo ameaças e críticas daqueles que espontaneamente se sentem atingidos por esta busca incessante de atos de corrupção, continuar a batalha em prol de uma estrutura administrativa livre de interesses mesquinhos, apontando todos os atos que possam, de algum modo, denegrir a imagem moralizadora que está sendo imprimida por este governo estadual.

Era só, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Concedo a palavra ao senhor deputado Airton Cordeiro, inscrito.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Senhor presidente, senhores deputados.

Anunciamos, recentemente, a apresentação do projeto de lei uniformizando o regime jurídico dos funcionários públicos do Estado, a fim de contribuímos para eliminação de sérias e profundas distorções que acontecem atualmente no quadro do funcionalismo público estadual.

Sabem os senhores deputados que o governo tem funcionários submetidos ao Estatuto dos Funcionários Cíveis do Estado e ao mesmo tempo, servidores submetidos à Consolidação das Leis do Trabalho.

Enquanto os primeiros têm todas as garantias previstas no seu Estatuto próprio, os celetistas ficam à mercê dos caprichos da boa vontade ou da má vontade, das boas ou das más

intencões daqueles que têm o poder de decidir sobre o seu futuro.

O Paraná testemunhou e não faz muito, a perseguição profunda que foi perpetrada contra funcionários celetistas, demitidos sumariamente, em muitos casos, sem o direito de fazer qualquer defesa em relação a algumas informações infundadas.

Neste diapasão o Paraná também percebeu que é necessário que os servidores públicos deste Estado estejam cobertos por uma legislação que lhes assegure o direito sagrado de trabalhar, sem nenhum tipo de patrulhamento e sem nenhuma manifestação de ódio.

São milhares os funcionários celetistas contratados pelo Governo do Paraná. E o projeto de lei que estou encaminhando à Mesa, neste momento, estabelece que a admissão de pessoal, no âmbito da administração direta, somente poderá ser através do regime estatutário e por concurso público. Desta forma, se procura eliminar o poder arbitrário de que se revestem alguns chefetes do governo do Estado que se sentem no direito de mandar para a rua, sem nenhuma explicação, funcionários que com honradez e dignidade, e que com toda probidade profissional, exerceram a sua atividade em proveito do Paraná.

Estão aí todos os casos denunciados pela imprensa livre, denunciados pelos deputados comprometidos com a verdade nesta Casa, casos denunciados no interior — por prefeitos, vereadores e por lideranças políticas e da comunidade.

Espero, conseqüentemente, que a maioria do PMDB com assento neste Poder, fiel às suas pregações do passado, entenda, o alcance social deste projeto de lei que deverá merecer, creio eu, a atenção de todos os parlamentares pela relevância de que se reveste. Ao mesmo tempo não tenho nenhuma dúvida, de que a uniformização do regime jurídico dos nossos funcionários públicos, é não só um anseio da classe, mas como é também, uma imposição daqueles que, conscientemente, exercem o seu mandato neste Poder.

O que propomos neste projeto de lei é a efetivação desses funcionários mediante um concurso interno, a fim de que possam integrar o quadro próprio do funcionalismo público estadual. E, por outro lado, para prevenir favorecimentos futuros, este projeto de lei estabelece também, que o Governo do Estado somente poderá admitir funcionários para o seu quadro, mediante concurso público, o que é, sem dúvida, uma regra moralizadora.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Concedo a palavra ao orador inscrito no Pequeno Expediente, sr. deputado Odeni Mongruei.

O SR. ODENI MONGRUEL — Sr. presidente, srs. deputados.

Por atribuição que recebi da Liderança da Bancada do meu Partido com assento nesta Casa, deputado Luiz Alberto Oliveira, coube-me atender a tramitação neste Poder, do Projeto de Lei 248/83, originário da Mensagem do Governador José Richa, Mensagem de n.º 168/83 e que se encontra aqui já em terceira discussão, praticamente aprovado, que tem como objetivo, transformar 490 cargos em comissão da Secretaria de Estado da Educação, em 332 cargos de igual natureza e 154 funções gratificadas.

Devo dizer, de que por atribuições constantes na própria Carta Magna do Estado no seu artigo 47 — “é de competência privativa do sr. Governador: baixar decreto” como baixou, criando ou tomando as medidas necessárias para transformação dos referidos cargos.

Essa medida que vem à Assembléia Legislativa, para ser submetida ao nosso exame, nós encaramos e aí estão os fatos a comprovar como oportuna e necessária, uma vez que os car-

gos em Comissão atualmente existentes deverão ajustar-se a nova definição estrutural. Esta, cremos nós, nasce da própria realidade social, econômica e educacional do Estado do Paraná.

Essa pretensão iniciada no governo anterior, com a criação dos seis primeiros núcleos regionais, se estende agora a alcançar a casa dos vinte núcleos em todo o Estado do Paraná, além da extinção das Inspetorias Regionais e das Inspetorias Auxiliares de Ensino.

Porém, sr. presidente e srs. deputados, se a medida na sua forma atende as necessidades imediatas da realidade educacional de nosso Estado, é bom que desde logo levantemos aqui preocupações que nascem de manifestações legítimas dos educadores e do professorado paranaense, nesse instante em que praticamente se consuma a pretensão do atual governo em transformar esses cargos; para satisfazer a nova estrutura educacional no setor é preciso que tomemos todos os cuidados no que se referem aos critérios a serem adotados para o preenchimento desses cargos.

Quero lembrar aqui a propósito, já em dez de abril deste ano a Associação dos Professores do Paraná, em Assembléia, propôs algumas medidas ao atual governo no sentido do preenchimento desses cargos. E vale aqui lembrar com relação ao Inspetor Regional, hoje Inspetor Municipal, propõe a Associação dos Professores do Paraná os seguintes pontos: todo o professor pertencente ao pessoal efetivo do Magistério Estadual, e em exercício no município, pode ser eleitor. Cada eleitor votará em cinco candidatos; é candidato todo o professor pertencente ao pessoal efetivo do magistério estadual, com Licenciatura Plena e em exercício no município, desde que se inscreva até 30 (trinta) dias antes das eleições.

Quanto à Lista Quíntupla para Chefes de Núcleos, observa a Associação, serão eleitores todos os diretores eleitos, das escolas estaduais sediadas na jurisdição do Núcleo Regional de Ensino; cada eleitor votará em cinco candidatos; para os candidatos aplica-se o constante na letra “b” do item 3, acima, já relatado.

E, finalmente, nós colocaríamos ainda que para o preenchimento desses cargos seria de suma importância que se verificasse, antes de tudo, que esses professores tenham, inicialmente formação pedagógica.

(TÍMPANOS).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Mesa informa vossa excelência que o seu tempo está esgotado.

O SR. ODENI MONGRUEL — Sr. presidente, eu queria que fosse transcrito o final do meu pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Mesa atende vossa excelência.

Encerrado o Pequeno Expediente.

No Grande Expediente, concedo a palavra ao sr. deputado Paulo Furiatti. (Ausente).

Consulta à Liderança do Partido Democrático Social se fará uso do horário que lhe é destinado.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Fala o deputado Odeni Mongruei, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Com a palavra o sr. deputado Odeni Mongruei.

O SR. ODENI MONGRUEL — Sr. presidente e srs. deputados.

A propósito da Mensagem n.º 168/83, do governador José Richa a esta Casa, de que capeia o Projeto de Lei n.º 248/83, já em discussão neste Poder, falávamos no Pequeno Expediente e lembramos aqui as preocupações da Associação dos Professores do Paraná, que para o preenchimento dessas funções técnicas e próprias de pessoal qualificado na área da educação, mereçam a fixação de critérios justos para se evitar que, se de

um lado atende-se na forma as necessidades da nova realidade, educacional do nosso Estado, de outro lado, irregularidades, comportamento indesejável ou medidas inadequadas poderiam por perder esse novo esboço que se oferece à Educação do Paraná e que, por certo, desde que devidamente preenchidos, sem dúvida nenhuma, trará à juventude estudiosa de nosso Estado os resultados desejáveis.

Dizia eu, no Pequeno Expediente, que a Associação dos Professores do Paraná propõe uma lista quántupla para o preenchimento desses cargos de inspetor. E é bom salientar que isto se deveu a uma Assembléia em que mil, novecentos e setenta professores votaram a favor da adoção dessa medidas contra apenas cento e doze associados daquela entidade que se colocaram contrariamente à referida pretensão.

Para que se tenha uma idéia, noventa e quatro vírgula seis por cento da vontade do professorado paranaense, manifestada naquela assembléia de 10 de abril, definiu os pontos que passarei a apresentar:

Para lista quántupla, entende a Associação que todo o professor pertencente ao pessoal efetivo do Magistério Estadual e em exercício no município pode ser eleito. Cada eleitor votará em cinco candidatos e é candidato todo professor pertencente ao pessoal efetivo do Magistério Estadual com licenciatura plena em exercício no município, desde que se inscreva até trinta dias antes das eleições.

Os cinco mais votados, segundo a Associação dos Professores do Paraná, constituirão a lista quántupla que será enviada à Secretaria de Educação do Estado a fim de que o titular da referida pasta designe um dos cinco nomes.

Quanto ao preenchimento das chefias de núcleos, a referida entidade que congrega o professorado paranaense, manifestou-se através de mil novecentos e setenta e oito votos favoráveis, totalizando noventa e um, vírgula um por cento dos professores pertencentes naquele encontro contra apenas cento e noventa e três que perfazem oito vírgula nove por cento dos participantes da referida Assembléia.

Diz a Associação dos Professores do Paraná que, para os chefes de núcleos, o plenário definiu que:

"1.º — Serão eleitores todos os diretores eleitos das escolas estaduais, sediadas na Jurisdição do Núcleo Regional de Ensino. Cada eleitor votará em cinco candidatos; para os candidatos aplica-se o constante na letra B do item 3 acima, com a única diferença: em exercício na Jurisdição do Núcleo.

Nós complementamos a nossa intervenção, dizendo de que se essa estrutura realmente venha a atender as necessidades do Estado, é indispensável que, no campo da Educação, critérios realmente válidos para o preenchimento dessas funções se faça ocorrer. E nós trazemos como contribuição do trabalho que me foi definido pelo líder de minha bancada a fim de prover a tramitação desse processo com o melhor de nosso empenho e, após ouvir diversos colegas de Magistério, entendemos de trazer a título de sugestão ao Poder Executivo para que adote, na medida do possível, essas medidas, sem o que se estará colocando sob o risco de indicações inadequadas, de preenchimento indevido a ocupação desses cargos ora propostos na nova estrutura de núcleos e inspetorias para o Estado do Paraná.

Chamaríamos a atenção no sentido de que, preferencialmente, desse ao licenciado de nível superior, as condições para preenchimento dessas funções. E vou além, ainda em caráter preferencial, que se atribua, na opção, condições para que o pedagogo seja o escolhido.

Quanto à experiência de Magistério, entendemos seja indispensável que o ocupante destas funções tenha já armarzenado para si, pelo mínimo cinco anos de efetivo trabalho em sala de aula e que seja o mesmo integrante concursado do Quadro Próprio do Magistério Estadual.

Estes pressupostos, tenho absoluta convicção que em nada colidirão com as pretensões da Associação dos Professores

do Paraná. Estaremos assim salvaguardando, desde logo, o preenchimento de tais funções por parte daqueles que estão verdadeiramente integrados e vocacionados no exercício da atividade do Magistério no Estado do Paraná.

Não entramos no mérito de aspectos pertinentes à seleção e a treinamento, uma vez que as colocações iniciais que fizemos, das condições básicas que deverão apresentar os candidatos, associadas às medidas propostas pela Associação dos Professores do Estado do Paraná, este aspecto estará absolutamente satisfeito.

Quero, senhor presidente, senhores deputados, dizer que depositamos, no preenchimento de tais funções, por parte de professores do Quadro Próprio do Magistério Paranaense, com mais de cinco anos de efetivo trabalho, a crença, a esperança e a convicção que estaremos juntos neste caso, se assim se confirmar Poder Executivo e Poder Legislativo, emprestando os meios necessários e atuais para que a educação do Estado do Paraná cumpra seus propósitos.

O Sr. Adhail Sprenger Passos — Permite-me um aparte? (Assentimento).

Prezado deputado, em primeiro lugar meus agradecimentos pela concessão do aparte. Estou ouvindo com toda atenção possível o pronunciamento de vossa excelência e quero transmitir a vossa excelência a certeza que vai em mim de que, mais uma vez o governo do Estado, o governo José Richa, levará em conta estas reivindicações da Associação dos Professores do Paraná.

O governo do Estado tem pleno conhecimento delas, eu próprio também as conheço e quero tranquilizar vossa excelência, de que estarei empenhado para que estes parâmetros todos, anunciados por vossa excelência neste momento e nesta casa, serão levados em conta. O atual governo tem sido um exemplo do quanto se pode fazer em tão pouco, em atenção às reivindicações das classes relativas ao funcionalismo público do Estado. Em especial a classe do Magistério, que tem sido atendida neste pouco espaço de tempo neste governo, com a atenção e a satisfação de uma série enumerável de reivindicações que elas têm pelos canais competentes, transmitidos ao governo.

O meu aparte, além de parabenizá-lo pelo pronunciamento é levar a vossa excelência a certeza de que estas reivindicações serão levadas em conta e atendidas, na medida do possível, a fim de que possamos ter, efetivamente condições estruturais para poder dar à população do Paraná, o ensino de primeiro e segundo graus, que ela merece, que ela necessita, que ela anseia e aspira, e isto vossa excelência sabe, é também de minha parte e da parte do governo José Richa, o empenho do mais alto.

Era o que eu tinha a dizer a vossa excelência, neste momento.

O SR. ODENI MONGRUEL — Eu agradeço o aparte do eminente deputado Adhail Sprenger Passos e lhe confesso, deputado, eu desejava exatamente que ocorresse o que ocorreu ou seja, a sua intervenção, porque ela dá consciência a proposta que trago, sob a forma de sugestão ao governo do Estado do Paraná, para o preenchimento desses cargos, que em tão boa hora entendeu de transformá-los em favor de uma estrutura que satisfaça as reais necessidades do momento presente do sistema educacional do Estado do Paraná.

A intervenção de vossa excelência, a qual eu desejava e tinha certeza que se acontecesse viria respaldar a nossa pretensão, é fruto acima de tudo do convívio que venho mantendo com vossa excelência, que dirige muito bem a presidência da Comissão de Educação, Comissão esta permanente na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Tenho absoluta convicção, que com a sua manifestação, através dela nós contaremos também com a maioria daqueles que integram a bancada do PMDB, no sentido de que estes critérios, justos, técnicos, científicos e recomendados pelo

bom senso, serão sem dúvida nenhuma adotados, evitando-se assim, que elementos despreparados, que elementos com pouca vivência na atividade do magistério público, elementos que não se identificam com o magistério por vocação, senão por interesses, sejam guindados a tão importantes funções de coordenação do nosso sistema de ensino público.

Eu quero, senhor deputado, agradecer a sua intervenção mais uma vez, e dizer que por certo com essa sua participação deixarei a tribuna, absolutamente convencido, que não seremos surpreendidos por medidas que não, estas balizadas em critérios justos, decentes e de bons propósitos, porque quem ganhará será a sociedade paranaense, através da educação própria dos seus filhos em idade escolar.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Com a palavra o senhor deputado Tércio Albuquerque.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — Senhor presidente, senhores deputados.

Ocupo a tribuna desta Casa, para registrar nos Anais da Assembléia Legislativa do Estado, a odiosa perseguição do governo do Estado e do partido do PMDB, com os componentes do PDS do Estado do Paraná.

Há poucos dias atrás visitava o nosso Estado na condição de candidato à Presidência da República, sua excelência o ministro Mário Andreazza, teve o ministro a oportunidade de se reunir por diversas vezes em locais diferentes, com participantes do PDS paranaense e numa das ocasiões, em um discurso brilhante, um discurso que realmente retrata a situação política do Paraná, o secretário geral do PDS paranaense, deputado Airton brilhante parlamentar, brilhante radialista, competente jornalista, fez uma denúncia a sua excelência o ministro do Interior, com referência a perseguição que os prefeitos do PDS vem sofrendo por parte do governo do Estado; e esta perseguição é de conhecimento geral do povo do Paraná pois um Prefeito do PDS para ir até um secretário de Estado, reivindicar verbas ou obras, com o dinheiro do povo, é necessário que se faça acompanhar de um deputado pedessista ou do presidente do diretório local de cada município do Estado do Paraná.

E o deputado Airton Cordeiro, em um brilhante pronunciamento representando o PDS do nosso Estado, fez a denúncia ao senhor ministro. E o ministro de Estado, partidário que é, pedessista que é, deu uma entrevista em um órgão de comunicação do nosso Estado. E o senhor governador do Estado, o senhor José Richa, não contente com as denúncias e com a entrevista do ministro Mário Andreazza, foi ao debate com o senhor ministro. O que lhe resta de direito, o que é normal é o governador responder as críticas recebidas. Mas não é normal, senhor presidente, senhores deputados, não é sequer moral, o senhor governador do Estado, através da sub-secretaria de Comunicação Social do Estado do Paraná, pressionar os órgãos de Imprensa do Paraná e em especial a Rádio Independência, fazendo com que calasse a voz de Airton Cordeiro, que tem um programa extraordinário, um comentarista por excelência da situação política do nosso Estado. E está hoje a voz de Airton Cordeiro calada, na Rádio Independência. E se não bastasse, só calar a voz de Airton Cordeiro com pressão econômica, com dinheiro público do povo do Paraná, cortando a mídia da Rádio Independência, esta tirou Airton Cordeiro do ar.

Calou sua voz. Mas não é só isso, senhor presidente senhores deputados. Ainda está ameaçado de deixar os microfones da Rádio Independência do Estado do Paraná, o deputado Erondy Silvério também comentarista e coincidentemente companheiro político de Airton Cordeiro.

Mas não é só Erondy Silvério e Airton Cordeiro que estão sendo perseguidos; ainda tem o comentarista policial, vereador do PDS, Algacir Túlio e ainda o radialista que não conheço, Luiz

Carlos Martins.

Onde está o Ênio Malheiros, funcionários desta Casa, homem que defende a liberdade de Imprensa? Onde estão os deputados do PMDB, que criam comissão, pró-liberação de Juvêncio Mazzarollo; que não sequer, não condeno esta manifestação do PMDB? em favor de Juvêncio Mazzarollo, mas precisa, senhores deputados do PMDB? Que levistem suas vozes em defesa do radialista, do jornalista Airton Cordeiro, que tem nesse Estado, com a sua participação na imprensa, com a sua participação na Câmara Municipal de Curitiba, como ex-vereador, como deputado de segunda legislatura, defendendo intransigentemente, as coisas paranaenses E a própria liberdade de Imprensa; e Airton Cordeiro hoje, não pode mais falar na Rádio Independência. Mas nós haveremos de encontrar outros microfones, outras emissoras, que dêem oportunidade a Airton Cordeiro, a Erondy Silvério, a Algacir Túlio, para continuarem defendendo intransigentemente a perseguição odiosa do governo do Estado, contra os jornalistas que participam do PDS que defendem o nosso partido.

O Sr. Caíto Quintana — Vossa excelência permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Tércio Albuquerque, essa colocação de perseguição odiosa aos prefeitos do PDS, eu acredito tenha sido sobejamente provado da tribuna da Assembléia, por dados de companheiros nossos, por exposição da própria liderança, que essa perseguição não existe no Estado do Paraná. Os prefeitos do PDS têm recebido as mesmas parcelas que os prefeitos do PMDB.

Estão recebendo, inclusive, agora. O governo do Estado fez um repasse a fundo perdido com todas as prefeituras do Paraná aquinhoadas.

Agora, quando da presença do ministro Mário Andreazza, eu percebi, inclusive, que na minha região, que somente os prefeitos do PDS, da área de segurança nacional, visto serem os únicos do PDS no sudoeste afora Manguaierinha, ninguém recebeu, do PMDB.

E quer me parecer que quando se fala em discriminação, discriminação acontece dos dois lados.

Quando vossa excelência se refere da tribuna que o deputado Airton Cordeiro tenha sido tirado da Rádio Independência por pressão política, certamente, vossa excelência deve ter uma declaração dos diretores da rádio, por escrito ou verbal de que esse tenha sido o motivo de seu afastamento. Porque, se não é muito fácil deputado Tércio Albuquerque, quando qualquer profissional da imprensa, às vezes até movido por interesse particular, ir para uma outra emissora, abandonar rádio, é acusar o governo do Estado de pressão política. E eu até agora, não vi manifestação oficial nenhuma da emissora, dos seus diretores, de quem era o patrão, dizendo de que tenha havido imposição para que a Rádio cortasse o seu microfone.

Só para complementar, com o mesmo ardor com que vossa excelência está defendendo o que eu também defenderia, e se verdade foi que foi perseguição política, eu endosso as suas palavras plenamente. Eu gostaria de vê-los também, visto o PMDB estar defendendo há mais de um ano nesta tribuna um conterrâneo seu de Foz do Iguaçu, Juvêncio Mazzarollo, que não simplesmente perdeu o emprego, mas está na cadeia por ter escrito no seu jornal coisas que não interessava aos donos do Poder.

Muito obrigado.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — Deputado Caíto Quintana,

eu nunca condenei o professor Juvêncio Mazzarollo. Não o jornalista, porque não o é.

No entanto, o deputado Airton Cordeiro é jornalista e radialista. Eu nunca condenei Juvêncio Mazzarollo. Nunca sequer levantei minha voz contra os senhores deputados do PMDB em defesa do senhor Juvêncio Mazzarollo, porque sou a favor da liberdade de imprensa. Eu sou um dos mais criticados políticos do Paraná pelo jornal de propriedade do senhor Juvêncio. Nem por isso deixo de ser seu amigo particular, seu amigo pessoal, dos demais jornalistas que são peemedebistas ou pedetistas.

Nunca sequer me referi contra Juvêncio Mazzarollo, contra seu jornal.

Vossa excelência devia no seu aparte, defender os direitos de Airton Cordeiro como jornalista. Não dizer que o proprietário da Rádio Independência não seja uma declaração oficial. Vossa excelência sabe, não é infantil, se os diretores da Rádio Independência fizeram um pronunciamento oficial, jamais sua emissora receberá verbas dos cofres públicos, verba do povo, mas que é dirigida por meia dúzia.

Vossa excelência não é infantil para vir com um aparte desse que não defende ..

O Sr. Caíto Quintana — Como infantil, deputado?

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — ... não defende nada, o direito da liberdade da Imprensa do Estado do Paraná.

O Sr. Caíto Quintana — Vossa excelência teria que ...

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — Concedo o aparte ao deputado Gabriel Manoel.

O Sr. Nestor Baptista — Concede-me um aparte, deputado?

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — Num minuto, desculpe.

O Sr. Gabriel Manoel — Deputado Tércio Albuquerque, vossa excelência está tecendo onde nós vemos uma coisa séria.

Airton Cordeiro todo mundo conhece, vossa excelência não o defende mas fala na justiça, vossa excelência fala onde se diz que "onde o dinheiro canta a justiça cala", este é o meu provérbio, e eu quero dizer a vossa excelência, que estamos chovendo no molhado, os homens da bancada do PMDB estão cansados de saber que foram as forças ocultas que tentaram fazer calar uma voz, uma voz, deputado, como a sua, e de todos os companheiros do PDS e como humildemente a nossa voz, onde nós não marcamos, onde nós somos como aquele provérbio português que diz que nós vergamos mas não quebramos, e o deputado Airton Cordeiro tem em vossa excelência um amigo, deputado Tércio Albuquerque a dizer ao Paraná que muitos e muitos Airton Cordeiro hão de cair pela força coercitiva de um governo que não quer mais nada a não ser fazer empréstimos e a não ser procurar, senhor deputado.

O Sr. Nestor Baptista — Permite um aparte, deputado?

O Sr. Gabriel Manoel — ... fazer o que estão fazendo, o que fizeram com a alíquota, com os empresários que financiaram a campanha do governador, estamos hoje recebendo telegrafemas e como dizia o adágio popular: "quem mandou votar nos homens?"

Muito obrigado.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — Eu agradeço o aparte de vossa excelência, deputado Gabriel Manoel, que veio trazer um brilhantismo especial ao nosso pronunciamento.

Eu gostaria de, pela Ordem, conceder o aparte ao deputado Luiz Alberto, logo após ao deputado Nestor Baptista.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira — Nobre deputado Tércio Albuquerque, vossa excelência hoje fala em nome de todos os seus companheiros de bancada ao emprestar a sua solidariedade pessoal e a de todos nós ao eminente deputado Airton Cordeiro que foi odiadamente perseguido por sua opinião política.

Jefferson já dizia: — "é preferível um País com jornais livres com Imprensa livre do que com governo".

Os homens do PMDB fazem um esforço muito grande para contradizer vossa excelência para ficar com o governo e para ficar ao mesmo tempo contra a liberdade de Imprensa, contra a opinião livre, contra um Parlamentar destacado desta Casa, aprovando e apoiando, quando concedem aparte a vossa excelência, negando o boicote financeiro que o governo José Richa promove na imprensa paranaense através da manipulação dos recursos públicos do Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Mesa informa ao orador que está na tribuna que o seu tempo esgotou, concede-lhe um minuto para concluir.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — Eu concedo a vossa excelência.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira — Para concluir eminente deputado Tércio Albuquerque, esta é uma atitude que fica registrada nos Anais da Assembléia Legislativa, mas que nós os companheiros do deputado Airton Cordeiro iremos levar às últimas consequências e denunciar tal fato à Associação Brasileira de Imprensa, Ministério das Telecomunicações, às pessoas responsáveis; e vamos requerer mais, requeremos, na Assembléia Legislativa uma CPI para analisar os gastos com as propagandas do governo do Estado.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — Agradeço, nobre líder, a sua participação no meu modesto pronunciamento que procura registrar nos Anais desta Casa, esta odiosa perseguição ao deputado jornalista radialista Airton Cordeiro que, por coincidência, a sua voz veio a ser calada na Rádio Independência poucos dias após seu pronunciamento, sua denúncia ao governo federal quando referiu-se à discriminação odiosa do governo do Estado aos prefeitos pedessistas.

Mas nós haveremos, como disse o líder Luiz Alberto Oliveira de ir às últimas consequências para defendermos esse brilhante companheiro, esse colega deputado, esse inteligente radialista Airton Cordeiro.

Muito obrigado, senhor presidente. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — No horário destinado à liderança do PMDB, concedo a palavra ao senhor deputado Nestor Baptista, por cinco minutos.

O SR. NESTOR BAPTISTA — Senhor presidente, senhores deputados.

Eu havia solicitado um aparte ao nobre deputado Tércio Albuquerque, mas não houve tempo e não houve a possibilidade de apartear-lo.

Na área que faço política, devo dizer, senhor presidente, senhores deputados, e ao deputado Tércio Albuquerque, não tenho notado discriminação nenhuma às prefeituras.

Há dias atrás — e lá estiveram, inclusive, membros do PDS — foi distribuída uma verba de vinte milhões para o município de Guaratuba, cujo prefeito é do PDS; 20 milhões para o prefeito de Matinhos, cujo prefeito é do PDS, e vinte milhões de cruzeiros para o prefeito de Paranaguá, uma cidade muito maior do que as duas — Guaratuba e Matinhos, juntas — também vinte milhões de cruzeiros.

Portanto, não vejo como pode haver discriminação. E ainda hoje recebi da chefia da Casa Civil, comunicado da liberação de uma verba para a prefeitura de Guaratuba, de dois milhões de cruzeiros, o mesmo acontecendo para o município de Morretes onde o prefeito também é do PDS.

Quanto ao problema de boicote à imprensa, o deputado Tércio Albuquerque deve estar mal informado.

A Rádio Independência que é dirigida pelo Grupo Positivo, senhor Ariovisto Guimarães, um cidadão decente, ainda que tenha apoiado para governador do Estado o senhor Saul Raiz, para o Senado o ex-governador Ney Braga, nós conhecemos as atitudes e o caráter do senhor Ariovisto Guimarães e sabemos que não tomaria uma medida como essa, de afastar o jornalista Airton Cordeiro da sua emissora de rádio. Muito mais porque a Rádio Independência é em Curitiba, talvez por ser a rádio de maior audiência, a que teve as maiores parcelas de publicidade por parte do governo, de junho até o mês de outubro, conforme temos aqui. E o Grupo Vanguarda que também pertence ao Grupo Positivo foi um dos órgãos de imprensa que mais receberam. Portanto, não há boicote nenhum, nobre deputado Tércio Albuquerque. Agora, me estranha muito que quando o deputado Fiori Luiz foi afastado da TV Tibagi, da Rádio Alvorada, da Rádio Universo, pela Arena e pelo PDS, ninguém subiu na tribuna para contestar.

Quando fui afastado da Rádio Cidade, de Curitiba, por não aceitar ir para o PDS, quando fui afastado da Rádio Capital por não aceitar ir para o PDS, quando fui afastado da TV Iguaçu, Canal 4, não vi ninguém também falar, e não subi aqui também para reclamar.

Fui afastado pelo governo do deputado Tércio Albuquerque.

Quanto a saída do deputado Airton Cordeiro, tenho a informação de que o deputado Airton Cordeiro que aqui está, vai para a Rádio Atalaia, a partir do mês de janeiro, e que saiu de livre e espontânea vontade do prefixo da Rádio Independência. Se, na realidade o deputado Airton Cordeiro foi afastado por pertencer ao PDS, nós temos que nos somar à luta do deputado Airton Cordeiro, mas tenho certeza, conhecendo o comandante da Rádio Independência, Ariovisto Guimarães, o diretor da Rádio Independência Gilberto Fontoura, não tomariam uma medida como esta; e vou mais além, conhecendo o jornalista Ênio Malheiros, da Comunicação Social, tenho plena convicção de que não tomaria uma atitude grotesca e safada, como a Arena e o PDS tomaram no passado com dois deputados que estão aqui na bancada, hoje.

Concedo o aparte ao deputado Airton Cordeiro.

O Sr. Airton Cordeiro — Deputado Nestor Baptista, vossa excelência, hoje, é o informante da minha vida profissional.

Vossa excelência faz uma revelação da tribuna que nem eu tenho conhecimento, sobre o caminho da minha vida profissional.

E eu quero dizer a vossa excelência que estou aqui me despidendo da condição de deputado, porque a violência perpetrada, deputado Nestor Baptista, é contra a sua classe; é contra todos os jornalistas; a pressão econômica é verdadeira; as verbas publicitárias foram cortadas, e é por esta razão que no Orçamento para o próximo ano, cresceram tanto as dotações orçamentárias para a propaganda do PMDB, para garrotear a imprensa, para aniquilar a liberdade de imprensa, deputado Nestor Baptista...

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Mesa comunica que está encerrado o tempo reservado ao deputado Nestor Baptista.

O SR. NESTOR BAPTISTA — Eu apenas, já que não tenho tempo, apenas lamento que vossa excelência denuncia que a imprensa está comprada e por isso tem que se calar.

O Sr. Airton Cordeiro — Eu estou afirmando que a imprensa está sendo garroteada na tentativa do Palácio do Governo, de silenciar os órgãos de comunicação do Paraná, e devo dizer a vossa excelência, o jornal "O Estado do Paraná" publicou há pouco, a informação de que o ex-candidato pelo PDS, Rosildo Portella, teve que se desfiliir do seu partido para receber...

O SR. NESTOR BAPTISTA — É mentira! É mentira!

O Sr. Airton Cordeiro — Este governo imoral que está aí... governo imoral, violento, antidemocrático.

O SR. NESTOR BAPTISTA — Deputado Airton Cordeiro...

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Mesa considera encerrada a participação ao deputado Nestor Baptista. Concede a palavra ao senhor deputado Rubens Bueno.

O SR. NESTOR BAPTISTA — Deputado Airton Cordeiro, a informação é falsa, mentirosa, da saída de Rosildo Portella, porque pertencia ao PDS. E ele vem aqui testemunhar de viva voz, porque disse a nós, inclusive...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) — Está com a palavra o deputado Rubens Bueno.

Antes porém, a Mesa concede mais dois minutos ao deputado Nestor Baptista.

O SR. NESTOR BAPTISTA — Eu apenas devo dizer o seguinte: não quero entrar em discussão com o deputado Airton Cordeiro e companheiro de caminhada no rádio. Absolutamente! Porque, se na realidade vossa excelência foi afastado da Rádio Independência por pertencer ao PDS, vai contar com a solidariedade, inclusive, de companheiros do PMDB.

Quanto à informação de que o vereador, o candidato a vereador, Rosildo Portella, deixou o PDS por pressão política, é mentira!

Ele, publicamente, disse que deixava o PDS, porque gastou o que não tinha na sua campanha, e nem um cartão de Natal recebeu de nenhum companheiro do PDS, enquanto que está vivendo às custas da publicidade dada por empresários que, inclusive, ajudaram o PMDB, empresários que, inclusive, ajudei a

patrocinar a emissora rápida da qual ele trabalha, para que ele não passasse fome, segundo as suas próprias palavras. Aí ele se sentiu na obrigação de deixar o partido que virou as costas para o companheiro, quando este não foi eleito.

O Sr. Airton Cordeiro — Não é a versão pública, deputado Nestor Baptista.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) — Está com a palavra o senhor deputado Nestor Baptista.

O SR. NESTOR BAPTISTA — Senhor presidente, eu apenas encerro, já que me foi dado um curto espaço de tempo. As informações são diferentes. O deputado Airton Cordeiro diz que eu pretendo traçar o seu futuro profissional.

Agora, se vossa excelência, a partir do mês de janeiro estiver no microfone da Rádio Independência, eu vou cobrar caro pela minha bola de cristal.

Obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) — Concedo a palavra ao senhor deputado Rubens Bueno.

O SR. RUBENS BUENO — Senhor presidente, senhores deputados.

A História não mente nunca. Ela nos demonstra através do seu exame, determinadas situações passadas que se adaptam na maioria das vezes a realidades presentes, ou quando tal não acontece, que servem como uma advertência para que erros do passado não venham a servir de bandeira de luta para ações posteriores.

O regime implantado em 64, a exemplo de tantos outros períodos cíclicos, marcados pelo autoritarismo e injustiças sociais, porque passou a História desse País, veio ensinar ao povo brasileiro que após tantos desenganos e decepções, está começando mais uma vez, a surgir a possibilidade de manifestar a sua vontade, escolhendo diretamente o seu presidente da República.

A conclusão a que se chega é que os altos mandatários que passaram pelo Palácio do Planalto, ou não entendem de História ou desprezam as advertências que lhes são intrínsecas. De qualquer modo, este é o momento para eleições diretas. A crise brasileira atingiu seu ponto crítico e manobras que até há algum tempo atrás ainda davam para cobrir com um véu ou desviar a atenção popular, através de falsas retóricas, estão hoje à vista de todos nós, caracterizadas por uma política econômico-financeira, direcionada para interesses alheios à esmagadora maioria da população brasileira.

A miséria do povo está refletida no rosto de cada um. Empobrecida e humilhada assiste a tudo impotente, vendo as últimas migalhas de um grande banquete comandado pelos ministros da área econômica serem devorados avidamente pelos banqueiros internacionais e enquanto isso os fantoches do governo central passeiam pelo País em caravana com o único objetivo de conquistar votos através de aliciamentos e negociações. Enfim, através de atividades que em qualquer País do mundo que se diga democrático seriam condenadas pela moral e pela lei.

Tentam a qualquer preço manter no poder estes artifícios da desgraça brasileira. Acenam contra o pleito direto para a presidência da República, alegando os riscos desse procedimento, riscos que a nosso ver seriam apenas para os seus interesses escusos que dia a dia afundam mais a Nação enlaçando os nos-

sos destinos à vontade de outras potências.

Diante disso, o divórcio entre as aspirações nacionais e o Estado é uma constatação. A continuação do assalto e contínuas ofensas das forças da escuridão contra o consenso de toda a população brasileira em favor das eleições diretas e renovadoras.

O Sr. Sérgio Spada — Vossa excelência concede um aparte? (Assentimento).

Nobre deputado Rubens Bueno, esse é um assunto mais comentado em nosso Brasil por toda a sociedade, até mesmo a sociedade militar. Os militares brasileiros, talvez se espelhando no recente acontecimento na Argentina, estão mesmo até temerosos, porque estão sendo responsabilizados por esse caos que vossa excelência descreve muito bem no seu pronunciamento, que hoje se encontra no Brasil.

A verdade deve ser dita, nobre deputado. Estamos com a legislação que prevê eleição indireta para presidente da República, ainda.

Apesar das declarações de toda a sociedade e o PDS, diga-se com todas as palavras, o Partido Democrático Social é quem está impedindo que ocorra este evento de maior significado para saída do Brasil dessa situação. E é o PDS que será responsabilizado se eleito indiretamente o Malluf da vida para acabar de vez com o futuro de nossa Nação.

Agradeço o aparte que vossa excelência me concede e congratulo-me com esse seu pronunciamento.

O SR. RUBENS BUENO — Eu é que agradeço, deputado. Concedo o aparte ao nobre deputado Tércio Albuquerque.

O Sr. Tércio Albuquerque — O aparte do deputado Sérgio Spada a vossa excelência deputado Rubens Bueno, realmente merece ser registrado nos Anais da Casa. Entretanto, peca o deputado Sérgio Spada quando esquece da emenda que dava o retorno das eleições diretas nas capitais de Estado. Estava em Brasília, coincidentemente eu me encontrava no Congresso Nacional, não vi o PMDB do Sul do País e dos Estados onde governa, e nem os pedessistas do Nordeste compareceram ao Congresso Nacional para darem de volta, direito ao povo de eleger o prefeito da Capital.

Portanto, deputado Sérgio Spada, não é apenas o PDS que não quer eleições diretas e o PDS as quer, PMDB também, por que o PMDB não fez coro, não deu maioria deputado Rubens Bueno. na emenda para as eleições na Capital do Estado?

Peca o PMDB, perde o direito de falar em eleições diretas.

O SR. RUBENS BUENO — Vossa excelência desconhece que o Congresso Nacional deverá votar até o dia 15 de abril, proposta de Emenda Constitucional que restabelece eleições diretas em todos os níveis, inclusive nas capitais de Estado. E aí nós vamos conferir. E até o dia 15 de abril de 84 nós queremos saber aonde estarão os parlamentares do PDS e do PMDB, e do PMDB se acontecer, com muito mais autoridade nós teremos condições de cobrar.

O Sr. Tércio Albuquerque — Deputado, apenas um segundo. Do Paraná, do PMDB, eu só vi no Congresso Nacional o senhor deputado José Tavares.

O SR. RUBENS BUENO — Porque não havia motivo para votar.

Eu estou esclarecendo a vossa excelência que até o dia 15 de abril de 84 tem uma emenda restabelecendo eleições diretas em todos os níveis. E aí nós vamos conferir se é o PDS ou se é o PMDB que falta às votações importantes no Congresso Nacional.

O Sr. Gabriel Manoel — Permite-me um aparte? (Assentimento).

Deputado, esse problema de eleição direta ou indireta, o povo não está muito assim — tão aguerrido — como nós estamos.

Eleição direta, deputado, foram as eleições em que os parlamentares como vossas excelências, tiveram a maioria. E nós, no Brasil, com muita honra do PDS, o partido que infelizmente tem seu Delfim Neto, como a vossa excelência tem seu Garanhão, nós dizemos a vossa excelência, que é direito adquirido nas urnas onde o povo fora às urnas para dar, delegar poderes, para os parlamentares, que fizesse como se faz em outras Nações desenvolvidas, para que o parlamentar tenha o direito de votar, para que o parlamentar possa transferir o direito que o povo lhe outorgou nas urnas.

Como outorgou a vossa excelência, como outorgou a tantos e tantos, ao governador Richa e ao futuro presidente Paulo Malluff — um dos mais votados de São Paulo.

Embora, deputado Rubens Bueno, eu esteja tomando o tempo de vossa excelência, as vinditas pessoais não podem ser tese desse parlamento. Porque Paulo Malluf, se fez tudo e os peçonhentos que são contra Malluf, são contra Cristo.

Porque não é possível atacar um irmão, não é possível dizer tanto e tanta barbaridade e tanta besteira como se diz de Paulo Malluff, sem poder provar.

Tivemos ontem na televisão ou anteontem, ao dizer, aos escutarmos deputado Rubens Bueno, que o governo de Franco Montoro é um mar de lama. E nem por isso viemos à tribuna falar baboseira, porque não sabemos, não temos conhecimento.

E calar, senhor deputado, vale muito mais de que falar uma inverdade, porque nos faz pensar, deputado Rubens Bueno, do homem que foi obrigado a depenar uma galinha e depois catar as suas penas.

Muito obrigado.

O SR. RUBENS BUENO — Agradeço o aparte de vossa excelência, lembrando que a candidatura deste ou daquele parlamentar do PDS às eleições indiretas não é um problema do PMDB. "Quem pariu Mateus, que o embale". É indiscutível portanto, que diante do cenário dos grandes problemas nacionais...

O Sr. Gabriel Manoel — Deputado Rubens Bueno, mais um momentinho? Peça para expungir o negócio de pariu, que é meio deslegante.

Muito obrigado.

O SR. RUBENS BUENO — É indiscutível portanto, que diante do cenário dos grandes problemas nacionais haja uma tendência de quase todos os setores políticos para a efetivação das eleições diretas para presidente da República.

Deste modo, é também compreensível face aos benefícios e mordomias que deixarão de usufruir a idéia de que 26 senadores do PDS, sob a antevisão de um muito provável derrotado nas urnas tenham barrado momentaneamente o caminho das eleições diretas, sob a alegação de que direitos inalienáveis adquiridos com as eleições de 82 lhes dão essa competência.

O Sr. Nilso Sguarezi — Vossa excelência permite um aparte? (Assentimento).

Senhor deputado Rubens Bueno, o tema das eleições diretas, indiscutivelmente é para os atuais detentores do Poder a nível federal a grande pedra, não é pedrinha, é a grande pedra no calcanhar. Porque tudo o que possam fazer quer em função de se manterem no Poder, quer em função até de solução de problemas da Nação, não conseguirão a nível de opinião pública, a nível de interpretação jurídica ter perante a consciência da Nação a legitimidade do poder.

O poder foi conquistado pela força; em 64 o processo deflagrado não foi o processo legítimo. Foi um processo ilegítimo que perdura até hoje. E se a sociedade brasileira tolerou até hoje, nós sentimos de que esta fase se encontra em exaustão. Então a eleição direta para presidente da República, é realmente a grande porta da legitimidade, sem a qual governo nenhum, seja da Oposição, seja da situação conseguirá ter perante a Nação e perante o mundo a condição que tem hoje o governo da Argentina, que é um governo que tem condições de ir perante os banqueiros internacionais e dizer: não vou negociar com vocês. Vou negociar de governo para governo, porque sou um governo legítimo e tenho atrás de mim o povo argentino.

E o nosso governo brasileiro não tem essa condição de legitimidade e muito menos de moralidade. Por isso eu acho que quando vossa excelência traz o tema de eleições diretas aborda realmente na grande questão que a sociedade brasileira tem que enfrentar. Sem eleições diretas nós não sairemos desta crise em que fomos envolvidos nos últimos anos.

E por isso eu acho que o nosso partido age corretamente, quando traz à sociedade brasileira o tema da discussão das eleições diretas. E vossa excelência aqui no final desses trabalhos, deste ano, aborda com muita propriedade esse tema, por isso eu o congratulo.

Muito obrigado.

O SR. RUBENS BUENO — Prossigo, senhor presidente.

Sem dúvida o que está em jogo é a pretensa legitimidade "entre aspas", e formado à custa de conhecidos arbítrios e casuísmos com o único objetivo de proporcionar a maioria do partido do governo no Congresso, fraudando a vontade popular, que deu às oposições oito milhões de votos a mais do que ao PDS.

Não é um problema de direitos adquiridos, mas sim de aritmética, ou quem sabe de uma absoluta falta de dignidade. É esta a ilegitimidade reinante no País após 1964, sacudida a cada eleição indireta, por maiorias fictícias conseguidas a custa de constantes mudanças de critérios na formação do Colégio Eleitoral o Brasil inteiro não vai voltar a engolir nova falcatura aritmética.

A hora das eleições diretas é agora, evitando-se novas imposições dos sistemas financeiros internacionais, que nos asfixiam e encaminham para o inexorável caminho da depressão econômica, desemprego cada vez maior e desmoronamento do sistema produtivo. O restabelecimento cada vez maior e desmoronamento do sistema produtivo. O restabelecimento das eleições diretas está próximo e poder-se-á tornar uma realidade até o dia 15 de abril de 1984, quando deverá ser votada no Congresso Nacional a proposta de emenda constitucional que prevê a realização de eleição direta em todos os níveis já em 15 de novembro de 1984.

O Sr. Cafo Quintana — Vossa Excelência me permite um apar-

te? (Assentimento).

Deputado Rubens Bueno, eu pretendia e talvez ainda esse período nos permita falar um pouco da experiência e da felicidade que tivemos, juntamente com o deputado Trajano Bastos, em viver o dia da posse dos governadores da Argentina.

Deputado Rubens Bueno, cala profundamente em qualquer político parlamentar, em qualquer democrata, a esperança daquela gente portenha. A alegria de crianças, jovens, velhos reunidos nas calçadas, nos bares, nas varandas de suas casas, nas praças públicas, fazendo brindes à democracia.

Um povo que se reencontrou com seu destino, que passou a acreditar no seu amanhã, que passou num verdadeiro mutirão nacional a usar a palavra que eu mais ouvi naquele dia: "Hoje começa um novo tempo".

Um governo que se instalou com a condição de imediatamente revogar a lei do autoperdão para os extremistas de direita e para os extremistas de esquerda.

Um governo que, em uma semana de mandato, disse aos banqueiros internacionais que durante seis meses faria uma moratória para reescalonar e reestudar a sua dívida, um povo inteiro dando sustentação, nobre deputado, essa esperança, essa certeza de um amanhã, só tem uma palavra que justifica: eleições diretas para o seu Presidente da República!

Então, eu tenho certeza que a nação brasileira, a partir do dia em que possa escolher, dentre os seus políticos, alguém, pelo voto direito, secreto e soberano do povo, para ser o presidente da república desse país, essa força extraordinária que move um povo inteiro, pela disputa do cargo maior da nação, dará aquilo que nos falta hoje, credibilidade popular para poder pedir sacrifícios no presente em troca de um amanhã de maior prosperidade.

Tenho certeza, congratulo-me com vossa excelência, muitas e muitas outras vezes se somarão em defesa disso, que é a única alternativa que sobra para o Brasil, para que o Brasil saia da crise em que está vivendo, eleições diretas para presidente da república, devolvendo ao povo brasileiro a esperança de poder sair do caos econômico e social que está vivendo.

Muito obrigado, deputado.

O SR. RUBENS BUENO — E é com este propósito, deputado Caíto Quintana, que cremos na necessidade da criação de um esforço nacional endereçado à luta comum, de após 23 anos voltarmos a conferir legitimidade ao Poder Central, através da manifestação do pensamento e da vontade populares.

Concedo o aparte, com muito prazer, ao sr. deputado Mário Pereira.

O Sr. Mário Pereira — Deputado Rubens Bueno, inicialmente me congratulo com o vosso pronunciamento, firmando mais uma vez posição em favor das eleições diretas para presidente da república, aproveitar a oportunidade para firmar posição também sobre um aspecto que se tem visto muitos companheiros se movimentar a respeito que caso não haja eleições diretas o PMDB apresente um candidato, pelo pleito indireto, dentro do colégio eleitoral, eu quero firmar posição nesse momento, eu acho que admitir a idéia de lançar um candidato do PMDB para disputar as eleições para presidente da república, dentro do colégio eleitoral, inviabiliza a luta pelas eleições diretas, eu não se consiga as eleições diretas, participar das eleições indiretas com um candidato do PMDB.

A minha posição é que o PMDB participará da luta para presidente da república, desde que seja direta no colégio eleitoral; o PMDB não pode, de forma nenhuma, apresentar um candidato.

O SR. RUBENS BUENO — Sem dúvida deputado Mário Pereira, concordamos com o pensamento de vossa excelência e o que não pode realmente continuar existindo e persistindo é a cisão entre a sociedade brasileira e o governo brasileiro.

Pela ordem, concedo a palavra ao sr. deputado José Antônio Fonseca.

Em seguida o deputado Roberto Requião.

O Sr. José Antônio Fonseca — Nobre deputado Rubens Bueno, eu ouvi atentamente o seu pronunciamento e me congratulo.

Eu não tive a felicidade que teve o deputado Trajano Bastos e Caíto Quintana em presenciar pessoalmente a felicidade estampada no povo argentino, por ocasião da posse de RAOUL ALFOSIM, e de uma vez por todas claramente, a democracia que chegou à Argentina é exemplo para o Brasil e para a América Latina. Aqui a saída é política e é eleição direta para presidente da república, mas é necessário dizer, claro e em alto e bom som; aqui quem não quer eleição direta não é o PDS, quem não quer são os militares que se instalaram nesse país depois de 64 e que continuam comandando este país, o PDS continua apenas subserviente!

E essa briga de presidenciáveis, de Maluf, de Andreazzas e Aurelianos, e vou mais adiante, dizendo a vossa excelência que se for pela via indireta não vai ser nenhum desses três o futuro presidente da república, então é preciso que o PDS em primeiro lugar tome consciência do que é um partido político e brigue e ocupe o espaço que a sociedade brasileira abre para os partidos políticos por eleição direta. É a única saída, nós não temos outra saída, nós estamos atravessando o maior caos econômico da história desse país, que os generais atolaram esse país, e eles não concluíram a sua obra, e é por isso que eles não querem eleição direta. Todo o PDS deve se conscientizar e não apenas alguns parlamentares do PDS, da necessidade de eleição direta.

É isso aí, nobre deputado.

O SR. RUBENS BUENO — Vossa excelência tem razão. Grandes nomes do PDS já estão trabalhando para que as eleições diretas realmente aconteçam neste país. Mas, infelizmente, a maioria é subserviente e faz com que isto, momentaneamente, possa não ocorrer.

Concedo o aparte ao sr. deputado Roberto Requião.

O Sr. Roberto Requião — Deputado Rubens Bueno, a maneira com que o Partido da Minoria, nesta Casa, está encarando a eleição para presidente da república é uma maneira de uma "comunhão". Comunhão significa comer juntos, e eles estão tentando resolver o problema da presidência da república em torno de mesas de jantares e de almoços, uma verdadeira "confariaccio" em romano, o casamento que se selava com o bolo repartido entre os nubentes, mas a eleição direta que nós queremos é eleição que fundamentalmente abre espaços para participação popular e, antes de estendermos as nossas críticas ao PDS, cuidemos de nosso terreiro. Setores do PMDB exercitam o discurso da eleição direta, enquanto sorrelfas tratam de acordos paralelos para participar de um colégio eleitoral espúrio. Preocupemo-nos mais com o PMDB do que com a posição do PDS que comunga os seus interesses com os interesses dos militares e dos interesses anti-nacionais em torno de mesas de banquete e nos preocupemos com a infiltração interna, com o "cavalo de tróia" da conciliação, da famosa organização de centro esquerda, que sempre se alia com a direita para impedir o avanço das massas no processo da administração pública do País. O mesmo que aconteceu em 64 está acontecendo agora e não é com o PDS, é com o PMDB: o centro se aproximando da direita para evitar que o povo vote e abra espaços de participação política.

Esta tem que ser a nossa preocupação, deixemos ao PDS o ônus da sua atitude, dos seus compromissos e cuidemos para que o grande partido da oposição, o único partido que pode realmente garantir a mobilização pela eleição direta não se cale neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A presidência informa ao orador que se encontra na tribuna que o seu tempo está esgotado.

Conceda-lhe um minuto para concluir.

O SR. RUBENS BUENO — Agradecemos o aparte do deputado

Roberto Requião. Também temos o mesmo pensamento, nesse sentido de que alguns membros do PMDB, e temos absoluta certeza de que uma pequena minoria não fará que tantos anos de luta do PMDB, que se consagrou perante o povo brasileiro vá, de uma hora para outra, sucumbir. (Lê):

“Dentro deste propósito, há a necessidade de criação de um esforço nacional endereçado à luta comum, de após 23 anos voltarmos a conferir legitimidade ao Poder Central, através da manifestação do pensamento e vontade populares; não pode continuar existindo e persistindo a cisão entre a sociedade brasileira e o governo.

A eleição direta será conseguida através de um diálogo amplo em todos os níveis, sobre os temas mais relevantes da situação nacional, e que conferirá, por consequência, ao Congresso Nacional, a representatividade e independências necessárias à criação de alternativas para a solução das questões fundamentais que o país enfrenta.

Urge, portanto, a mobilização popular em torno desta causa. Se as mais diferentes pesquisas de opinião pública tem demonstrado que a maioria absoluta e esmagadora da população é favorável à escolha do presidente da república através do voto direto, a classe política tem o dever de traduzir politicamente esta esperança nacional, dando forma a esta justa pretensão através de um firme posicionamento junto ao colégio eleitoral, para que este não frustre mais uma vez ainda a vontade da sociedade, com a sua “ilegítima” intransigência.

Vamos lutar por este direito que concerne a todos quantos se dizem verdadeiramente democratas, e acima de tudo brasileiros, e denunciar todos aqueles deputados, que na inequívoca intenção de atrair a vontade do povo que os elegeu, e sem a coragem de enfrentar cara a cara seus eleitores, “democraticamente” subscrevem listas-fantasma contra o pleito direto.

Vamos dar todo o nosso apoio para que o Congresso Nacional obtenha sua autonomia perante o Poder Executivo, aprovando a emenda que restabelece a eleição direta a partir do próximo ano, e que ampliará o rol de conquistas do povo brasileiro frente ao determinismo anti-democrático do governo.

Por eleições diretas, livres e democráticas.

Por uma Assembléia Nacional Constituinte livre e soberana.”

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Está encerrada a Hora do Expediente
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 srs. deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do sr. deputado Aírton Cordeiro, devidamente apoiado, constante do expediente. Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Aníbal Khury, constante do expediente, solicitando preferência na discussão e votação para os Projetos de Lei n.ºs 231 e 260/83, constantes da Ordem do Dia de hoje. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

De conformidade com o requerimento de preferência na discussão e votação de autoria do sr. deputado Aníbal Khury, acima aprovado:

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 231/83, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mensagem n.º 150/83), que objetiva alterar dispositivos da Lei n.º 5940, de 08/05/69, conforme específica. (Lei de Promoções de Praças da Polícia Militar do Estado. Com pareceres FAVORÁVEIS da CCJ, por unanimidade e da CF, com EMENDA, por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Também as emendas apresentadas em sua tramitação. Está em discussão o projeto e as emendas.

O SR. ROBERTO REQUIÃO — (Pela ordem) Sr. presidente, requeiro que as emendas fossem lidas para que o Plenário pudesse tomar conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Mesa atende vossa excelência.

A Mesa esclarece que irá colocar em votação emenda por emenda.

Em votação a Emenda n.º 01, artigo 1.º do Projeto de Lei 231/83, em seu item 4.º, artigo 36, passa a vigorar com a seguinte redação: (Lê).

Está em votação. — **Aprovada.**

Emenda Substitutiva n.º 2, artigo 1.º do Projeto de Lei 231/83, em seu item 3.º, artigo 37, passa a vigorar com a seguinte redação: (Lê). Está em votação. — **Aprovada.**

Emenda Substitutiva n.º 3. O artigo 1.º do Projeto de Lei 231/83, em seu item... (Lê).

Está em votação. — **Aprovada.**

Emenda Substitutiva n.º 4. O artigo 2.º do Projeto de Lei n.º 231/83, em seu item “b”, parágrafo primeiro. (Lê)

Está em votação. — **Aprovada.**

Emenda Substitutiva n.º 5, artigo 4.º, Projeto de Lei 231/83, passa a ter a seguinte redação: (Lê)

Está em votação. — **Aprovada.**

Em votação a Emenda n.º 01, de Plenário, acrescente-se onde couber: (Lê).

Está em votação. — **Aprovada.**

Está em votação o Projeto. — **Aprovado.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei Complementar n.º 260/83, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mensagem n.º 177/83), que objetiva alterar dispositivos da Lei Complementar n.º 14, de 26/05/82, que dispõe sobre o Estatuto da Polícia Civil do Estado, conforme específica.

Sobre o referido projeto, Emendas Substitutivas de Plenário de n.º 01, de autoria dos srs. deputados Roberto Requião e Nilso Sguarezzi, devidamente apoiada; de n.º 02, de autoria do sr. deputado Roberto Requião, devidamente apoiada. Emendas de Plenário de n.ºs 03, 04, 05 e 06, de autoria do sr. deputado Aníbal Khury, devidamente apoiadas, nos seguintes termos:

EMENDA SUBSTITUTIVA DE PLENÁRIO N.º 01

AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.º 260/83

O Art. 1.º do Projeto de Lei Complementar n.º 260/83 que modifica dispositivos da Lei Complementar n.º 14, de 26 de maio de 1982, passa a ter as seguintes modificações:

1 — Os parágrafos 4.º e 6.º do art. 86 passam a ter a seguinte redação:

“§ 4.º — A gratificação de representação será paga somente ao servidor policial civil que esteja no efetivo exercício de suas funções, em unidade policial civil do Departamento de Polícia Civil, em unidade administrativa da organização básica da Secretaria de Estado da Segurança Pública, ou quando a critério do Chefe do Poder Executivo, se encontre prestando serviços a qualquer órgão dos Poderes do Estado.

.....

§ 6.º — Fica vedada a percepção da gratificação de representação, pelo servidor policial civil que estiver acumulando cargos, funções ou perceber qualquer vantagem financeira proveniente de atividade estranha ao serviço policial, com excessão do magistério.

2 — O § 1.º do art. 217, passa a ter a seguinte redação:

“§ 1.º — O servidor policial civil, indiciado em processo disciplinar, será, a critério do Conselho de Polícia Civil, afastado do exercício, com perda de 50% (cinquenta por cento) do ven-

cimento ou remuneração, tendo direito a diferença, corrigida monetariamente, se fôr, a final, absoldido.

O Art. 2º do Projeto de Lei Complementar n.º 260/83 passa a ter as seguintes modificações.

IV— que completou 35 (trinta e cinco) anos de efetivo serviço público e haja atingido a classe final da carreira de Delegado de Polícia e não tenha direito a acesso, e

O Art. 10º do Projeto de Lei Complementar n.º 260/83, passa a ter as seguintes modificações:

Art. 10º — As normas referentes ao Quadro Suplementar, constantes dos arts. 2º e 3º e seus incisos e parágrafos, passam a vigorar, 30 (trinta) dias após a vigência da presente lei.

Sala das Sessões, em 22 de dezembro de 1983.

(aa) ROBERTO REQUIÃO

NILSO SGUAREZI.

Apoio: Dirceu Manfrinato, Antônio Anibelli, Tadeu Lúcio Machado, Rubens Bueno.

EMENDA SUBSTITUTIVA DE PLENÁRIO N.º 02

AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.º 260/83

O § 1º do Art. 86, especificado no art. 1º do Projeto de Lei Complementar n.º 260/83, que modifica dispositivos da Lei Complementar n.º 14, de 26 de maio de 1982, passa a ter a seguinte redação:

§ 1º — A gratificação de representação fica atribuída aos integrantes das carreiras policiais previstas no inciso I e VI do Art. 13 desta Lei.

Sala das Sessões, em 22 de dezembro de 1983.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Apoio: Acir Mezzadri, Fiori Luiz, Anibal Khury e Antonio Anibelli.

EMENDA DE PLENÁRIO N.º 03

AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.º 260/83.

O Sr. 1º do Projeto de Lei Complementar n.º 260/83, que modifica dispositivos da Lei Complementar n.º 14, de 26 de maio de 1982, passa a ter a seguinte redação.

- Exclua-se o parágrafo 2º do art. 40.

Sala das Sessões, em 22 de dezembro de 1983.

(a) ANIBAL KHURY

Apoio:

Roberto Requião, Hermas Brandão, Acir Mezzadri, Mário Pereira, Fiori Luiz, Antônio Annibelli, José Antônio Fonseca, Ezequias Losso, Luiz Alberto Oliveira e Caíto Quintana.

EMENDA DE PLENÁRIO N.º 04

AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.º 260/83.

Acrescente-se onde couber:

Art. ... — Os servidores policiais civis aposentados nos cargos de Guarda Civil níveis 14, 15 e 16, e de Inspetor de Guarda Civil níveis 18, 19 e 20, terão os proventos reajustados, ex-offício pelo valor dos vencimentos dos cargos de Agentes de Segurança de 3ª, 2ª e 1ª Classe e de Detetive de 3ª, 2ª e 1ª Classe, respectivamente.

Sala das Sessões, em 22 de dezembro de 1983.

(ANIBAL KHURY

Apoio: Roberto Requião, Mário Pereira, Fiori Luiz, Hermas Brandão, Luiz Alberto Oliveira, Ezequias Losso, Caíto Quintana.

EMENDA DE PLENÁRIO N.º 05

AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.º 260/83.

O § 3º do Art. 295, passa a ter a seguinte redação:

§ 3º — Os titulares da Assessoria Técnica e da Escola de Polícia Civil serão escolhidos dentre os ocupantes das classes mais elevadas das carreiras de policiais civis, portadores de nível universitário enquanto que o titular do Instituto de Identificação deverá ser escolhido dentre os Delegados de Polícia de 1ª Classe.

Sala das Sessões, em 22 de dezembro de 1983.

(a) ANIBAL KHURY

Apoio: Hermas Brandão, Roberto Requião, Mário Pereira, Luiz Alberto Oliveira, Ezequias Losso e Caíto Quintana.

EMENDA DE PLENÁRIO N.º 06

AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.º 260/83.

O § 1º do art. 179, passa a ter a seguinte redação:

§ 1º — Nenhum servidor policial civil inativo não poderá ter seus proventos da inatividade inferior aos vencimentos da classe em que se aposentou, acrescidos do percentual dos adicionais e demais vantagens incorporadas, ressalvados os casos de aposentadoria proporcional ao tempo de serviço, cuja proporcionalidade deverá ser mantida.

Sala das Sessões, em 22 de dezembro de 1983.

(a) ANIBAL KHURY

Apoio: Hermas Brandão, Roberto Requião, Luiz Alberto Oliveira, Ezequias Losso, Mário Pereira e Caíto Quintana.

Está em discussão o projeto e as emendas.

Em votação a Emenda n.º 01 de Plenário — **Aprovada.**

Em votação a Emenda n.º 02 de Plenário. **Aprovada por unanimidade.**

O SR. NILSO SGUAREZZI (Pela ordem) - Senhor presidente, eu não estou pedindo verificação; vossa excelência não consultou o Plenário, para dizer: "por unanimidade".

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) A Mesa concede a vossa excelência, a verificação de votação.

Solicito aos senhores deputados que retomem seus lugares.

O SR. NILSO SGUAREZZI - (Pela ordem)— Senhor presidente, eu não requeri verificação de votação. Peço a vossa excelência que me dê alguns segundos para confabular com a Mesa

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela Ordem) Senhor presidente vossa excelência, atende por requerimento do líder do PMDB, no sentido de se proceder a verificação de votação. Entretanto, vossa excelência suspende a sessão sem nenhum amparo regimental, e volta atrás na própria decisão. Eu gostaria de saber se vai haver verificação de votação, ou não. E vou explicar porque. Porque trata-se de um projeto de lei complementar; e se não fora a colaboração da Bancada do PDS jamais a bancada do PMDB teria condições de aprovar esta mensagem que beneficia os servidores da Polícia Civil. E faço esta observação, senhor presidente, porque no ano passado, quando a nossa bancada majoritária, votava o Estatuto da Polícia Civil e rejeitava algumas emendas de caráter puramente demagógicos, apresentados pelo então deputado José Tavares, a nossa bancada foi vaiada por uma classe de policiais comandada pelo então Delegado José Maria Correia, hoje vereador. Vê como a vida dá voltas, senhor presidente. Hoje está aqui a bancada, acusada de omissão, por tantos e tantos deputados do PMDB. Está aqui a bancada do PDS, colaborando, contribuindo, com os seus votos, permitindo até essas manobras regimentais, que são anti-regimentais, no sentido de colaboração. Eu gostaria que ficasse consignado na Ata dos trabalhos de hoje, essa posição da bancada do PDS em favor do funcionalismo. E nós não estamos fazendo nenhum favor; estamos cumprindo o nosso dever, como cumprimos no passado; e não merecíamos aquelas vaias, que recebemos aqui, neste mesmo plenário, talvez pelos mesmos policiais que hoje estão aqui.

Faço essa observação para demonstrar a injustiça que se fez no passado à Bancada do PDS, que hoje está colaborando na aprovação desta mensagem, que é lei complementar, que tem quorum qualificado.

Era esse o registro que eu gostaria que a Mesa fizesse; que ficasse consignado nos Anais da Casa, para amanhã alguns de-

putados do PMDB tentar afirmar que a nossa bancada jamais colaborou com o funcionalismo, como nós temos ouvido constantemente; estão aí os Anais para serem compulsados e provar a correção, a honestidade e a postura dos deputados da bancada do PDS.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. ROBERTO REQUIÃO - (Pela ordem) Senhor presidente. Eu acho que após o anúncio do resultado da votação, a questão de ordem do nobre líder do PMDB está prejudicada.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Mesa respondendo a questão de ordem do ilustre deputado Roberto Requião, não considera como prejudicada a questão de ordem levantada pelo ilustre deputado Nilso Sguarezi, porque a matéria se encontra em fase de votação.

O SR. NILSO SGUAREZI — (Pela ordem) — Sr. presidente, inicialmente, esclareço à Casa na questão que eu fui congratular com a Mesa e consultá-la no sentido de que se para a emenda também havia a necessidade de um quorum qualificado.

Eu sou compulsado a requerer à Mesa a verificação de votação, porque são precisos 30 votos, a maioria absoluta para aprovar esta emenda.

Eu sei que a maioria do Plenário é a favor do projeto. Para aprovação desta emenda, é necessária a maioria

Então, eu sou compulsado a requerer a verificação de votação, porque tem que se estabelecer o quorum para a emenda.

Eu sei que a maioria do Plenário será favorável ao projeto, se trata apenas de um aspecto do projeto.

Então, eu sou obrigado a requerer a verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) A Mesa atende a vossa excelência e solicita dos senhores deputados que retomem seus lugares para que se proceda a verificação de votação requerida.

Os senhores deputados que aprovam a emenda de Plenário, queiram levantar-se.

Os senhores deputados que rejeitam a emenda queiram levantar-se. ...; 19 senhores deputados aprovam, 19 rejeitam. Está rejeitada a emenda.

Em votação a emenda n.º 03 de Plenário ao Projeto de Lei Complementar 260/83. Em votação.

O SR. ROBERTO REQUIÃO — (Para encaminhar).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) Está em votação.

Para encaminhar, concedo a palavra ao senhor deputado Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO — Senhor presidente. O que se pretende com esta emenda é restabelecer a justiça, fazendo valer o Estatuto da Polícia que disciplina as promoções da seguinte forma: 2/3 por merecimento e 1/3 por antiguidade. A forma original do projeto estabelecendo a promoção, exclusivamente, por merecimento, institucionaliza o arbítrio, o compadrio e o nepotismo no processo de promoção da Polícia Militar. Não poderia ser a bancada do PMDB, após os anos de luta e de sofrimento sob o regime que condenamos e que o povo do Paraná derrotou em 15 de novembro, que iria fazer valer-se desse dispositivo. Eu conclamo os companheiros deputados desta Assembléia a votar pela emenda, restituindo a dignidade à carreira do policial civil.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) Para encaminhar, concedo a palavra ao senhor deputado Anibal Khury.

O SR. ANIBAL KHURY - Senhor presidente. Esta emenda, ne-

cessariamente, terá que ser aprovada por esta Casa porque, inclusive, fere dispositivos da nossa Constituição no seu artigo 80, que diz o seguinte: "O acesso na carreira por antiguidade". Parece-me que esse enxerto nesta lei não corresponde ao que preceitua nossa Constituição. É uma anomalia, é até uma exceção.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) Está em votação a Emenda n.º 3, de Plenário. Os senhores deputados que a aprovam queiram permanecer como estão.

,Aprovado. — Em votação a Emenda n.º 4, de Plenário, ao Projeto de Lei Complementar 260/83. "Acrescente-se onde couber..... respectivamente". Está em votação a Emenda n.º 4 Os senhores deputados que aprovam, permaneçam como estão. Rejeitada a Emenda.

Em votação a emenda de n.º 5, de Plenário, ao Projeto de Lei Complementar 260/83.

Pela ordem, concedo a palavra ao senhor deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL - Solicitaria a vossa excelência, que mandasse consignar, em Ata, que a Bancada do PDS votou favorável à Emenda.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) "O parágrafo 3.º do art. 295..... 1.ª Classe". Está em votação.

Para encaminhar, concedo a palavra ao senhor deputado Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO. Pelos mesmos motivos, senhor presidente, que nós aprovamos a emenda anterior que liquidou o alvitre do comando da Secretaria de Segurança nas promoções dos Delegados, temos que rejeitar esta emenda. Eu respeito a luta corporativa dos delegados da 1.ª Classe para transformar o Instituto de Identificação, a titularidade do Instituto de Identificação de uma prerrogativa de sua categoria. Mas essa prerrogativa especial viria violentar as demais carreiras de nível universitário da Polícia. E eu acredito que, por esse motivo, nós devemos rejeitar essa emenda.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) Está em votação a Emenda de n.º 5.

Os senhores deputados que aprovam queiram permanecer como estão. Rejeitada.

O SR. GABRIEL MANOEL — Senhor presidente (Pela ordem). Eu pediria verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) A Mesa defere e irá proceder a verificação de votação requerida pelo ilustre deputado.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Mesa solicita aos senhores deputados que retomem os seus assentos.

Os senhores deputados que aprovam a Emenda de n.º 5,,, queiram levantar-se. Os senhores deputados que rejeitam a Emenda de n.º 5, queiram levantar-se.

11 senhores deputados a aprovam;

27 senhores deputados rejeitam. Está rejeitada a emenda.

Em votação a Emenda de n.º 6 de Plenário. O Parágrafo 1.º do artigo 179 passa a ter a seguinte redação: (Lê).

Em votação a emenda.

Os senhores deputados que aprovam a Emenda de n.º 6, permaneçam como estão. Rejeitada a emenda.

O SR. GABRIEL MANOEL — Senhor presidente, mais uma vez (pela ordem). Eu pediria a vossa excelência a verificação de

votação.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) A Mesa defere e irá proceder a verificação de votação.

Os senhores deputados que aprovam a Emenda n.º 6 de Plenário, queiram levantar-se. Os senhores deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

12 senhores deputados aprovam.

20 senhores deputados rejeitam.

O SR. GABRIEL MANOEL (Pela Ordem).

Eu gostaria que mandasse consignar em ata o momento desta votação e que o PDS e sua bancada votou favorável à emenda.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) Constará da ata a observação de vossa excelência.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) Está em votação o Projeto de Lei Complementar n.º 260/83.

Os senhores deputados que aprovam queiram permanecer como estão. Por unanimidade. **Aprovado.**

Passaremos à apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia.

3ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei n.º 147/83, (Mensagem n.º 78/83), que extingue a Secretaria de Estado dos Recursos Humanos, criada pela Lei n.º 6.636, de 29.11.74, transferindo suas atribuições, pessoal e patrimônio para a Secretaria de Estado da Administração. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., por maioria e da C.R.H., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO— Do Projeto de Lei n.º 222/83, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mensagem n.º 140/83), que dispõe que servidores da Administração Direta e Indireta somente poderão ser colocados à disposição de órgãos dos demais Poderes do Estado, para fim e prazo determinado e sem ônus para o Poder Executivo e dá outras providências. Com PARECER FAVORÁVEL e EMENDA da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Com SUB-EMENDA DE PLENÁRIO.

Está em discussão o projeto e as emendas da C.C.J. e de Plenário.

Em votação a Emenda da C.C.J.. **Aprovada.**

Em votação a Sub-Emenda de Plenário. **Aprovada.**

Em votação o projeto. **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO— Do Projeto de Lei n.º 244/83, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mensagem n.º 161/83), que dispõe sobre obrigatoriedade dos depósitos de interesse da Administração Estadual e dá outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO— Do Projeto de Lei n.º 245/83, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mensagem n.º 163/83), que objetiva alterar dispositivos da Lei n.º 7257, de 30.11.79, conforme especifica. (Taxa de Segurança). Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade.

Está em discussão o projeto e emendas.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA (Para encaminhar).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) A Mesa comunica ao ilustre deputado que a Mesa colocou em discussão o projeto e as emendas, e irá colocar em votação as emendas apresentadas.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Eu solicito a vossa excelência que me conceda a palavra para encaminhar a votação do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) Na oportunidade, concederei a palavra a vossa excelência.

Vamos votar as emendas e, posteriormente, o projeto.

Em votação a Emenda n.º 2, ao Projeto de Lei 245/83. Acrescente-se onde couber: (Lê).

“Das importâncias arrecadadas em decorrência do disposto nesta lei, 10 por cento serão destinados ao programa de assistência ao menor”. Em votação. **Aprovado.**

Em votação a Emenda n.º 3. Na tabela 4ª, anexa a esta lei, elimine-se a rubrica: (Lê).

4.1.12. Rádio, e Emissora de Televisão - 6 por cento. Está em votação. Os senhores deputados que aprovam, permaneçam como estão. **Aprovado.**

Em votação e Emenda da Comissão de Finanças. “Fica suprimida a tabela 10 anexa ao presente projeto de lei”. Os senhores deputados que aprovam, permaneçam como estão. **Aprovado.**

Está em votação o projeto.

Para encaminhar, concedo a palavra ao senhor deputado Luiz Alberto Martins Oliveira.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Senhor presidente, senhores deputados.

A bancada do PDS votará contrariamente a este projeto.

Trata-se de mais um projeto de lei que vossa excelência, o governador José Richa ao apagar deste ano legislativo, encaminha a essa Casa e que vai onerar, sensivelmente, o bolso dos contribuintes estaduais.

Através dessas taxas estabelecidas para o FUNRESPOL, o pobre, praticamente, ficará sem acesso às condições de segurança pública. Não desejando a bancada do PDS compactuar com tal procedimento, o nosso voto será contrário à Mensagem do governador do Estado.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) Está em votação. Para encaminhar, concedo a palavra ao senhor deputado Osvaldo Alencar Furtado.

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO — Senhor presidente, senhores deputados.

Embora, por razões parecidas com a da liderança do PDS, este deputado também se posiciona contrário à pretensão, exagerada, do senhor secretário de Segurança Pública e através do nosso governador que nos mandou essa mensagem de oneração ao bolso do trabalhador paranaense.

Não poderia por ter sido uma pregação nossa de campanha, contribuir com o meu voto nem com o meu silêncio, para ajudar a onerar, mais ainda, o já muito e exageradamente onerado trabalhador do Paraná. Por conseguinte, mesmo sabendo e sentindo da necessidade premente de se aparelhar melhor a Secretaria de Segurança Pública, mesmo sabendo que o caos da segurança traz a insegurança da sociedade. Eu não acredito que seja por meio de taxaço, que se resolveria este problema.

A nossa posição era de que, se lutasse por uma política social mais justa por uma política de um salário e de emprego mais adequado e mais multiplicado, para que pessoa nenhuma do Paraná, vivesse aos “Deus dará”, à procura de um lugar ao sol onde pudessem ter uma remuneração e um salário justo.

Assim, senhor presidente e senhores deputados, por entender que somente através de uma política social economicamente justa, voltada para os interesses da classe trabalhadora, é que nós poderíamos realmente, dar à sociedade a segurança que ela precisa.

Nós estamos lhe dando um maior ônus, um maior sacrifício e em contrapartida não lhe damos sequer, a segurança de ter os seus lares preservados pela Secretaria de Segurança Pública. E menciono dois fatos recentemente ocorridos com deputados desta Assembléia que tiveram os seus lares invadidos, porque realmente a segurança ainda continua sendo a nossa insegurança. Não votarei a favor do aumento dessas taxas, até porque, tem taxas aqui com,

Embora, por razões parecidas com a da liderança do PDS, este deputado também se posiciona contrário à pretensão, exagerada, do senhor secretário da Segurança Pública e através do nosso governador que nos mandou essa mensagem de oneração ao bolso do trabalhador paranaense.

Não poderia por ter sido uma pregação nossa de campanha, contribuir com o meu voto nem com o meu silêncio, para ajudar a onerar, mais ainda, o já muito e exageradamente onerado trabalhador do Paraná. Por conseguinte, mesmo sabendo e sentindo a necessidade premente de se aparelhar melhor a Secretaria de Segurança Pública, mesmo sabendo que o caos da segurança traz a insegurança da sociedade, eu não acredito que seja por meio de taxaço, que se resolveria este problema.

A nossa posição era de que, se lutasse por uma política social mais justa, por uma política de um salário e de emprego mais adequado e mais multiplicado para que pessoa nenhuma no Paraná, vivesse aos "Deus dará", à procura de um lugar ao sol onde pudesse ter uma remuneração e um salário justo.

Assim, senhor presidente e senhores deputados, por entender que somente através de uma política social economicamente justa, voltada para os interesses da classe trabalhadora, é que nós poderíamos realmente, dar à sociedade a segurança que ela precisa.

Nós estamos lhe dando um maior ônus, um maior sacrifício e em contrapartida não lhe damos sequer, a segurança de ter os seus lares preservados pela Secretaria de Segurança Pública. E menciono dois fatos recentemente ocorridos com deputados desta Assembléia que tiveram os seus lares invadidos, porque realmente, a segurança ainda continua sendo a nossa insegurança. Não votarei a favor do aumento dessas taxas, até porque, tem taxas aqui com aumento de mais de três mil por cento. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Está em votação o Projeto 245/83. **Aprovado.**

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO — (Pela Ordem).
Gostaria que ficasse consignado em ata o meu voto contrário a aprovação dessas taxas.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos). Constará da Ata o posicionamento de vossa excelência.

3ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei n.º 246/83, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mensagem n.º 162/83), que objetiva alterar dispositivos da Lei n.º 6774, de 08.01.76, conforme específica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F., C.R.H. e C.S.P., por unanimidade. **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei n.º 248/83, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mensagem n.º 168/83), que objetiva transformar quatrocentos e noventa cargos em Comissão, da Secretaria de Estado da Educação, em trezentos e trinta e dois cargos de igual natureza e cento e cinquenta e quatro funções gratificadas, conforme específica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.R.H., por unanimidade. Com EMENDA DE PLENÁRIO.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — (Pela Ordem). Senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) Pela ordem, concedo a palavra ao senhor deputado Luiz Alberto Oliveira.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Vossa excelência está colocando em votação qual projeto?

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) A Mesa abre discussão do Projeto de Lei 248/83, e emendas de Plenário que é o item 7.º

da Ordem do Dia.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Vossa excelência fará a leitura das emendas, senhor presidente?

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) Perfeitamente.

Está em votação a emenda de Plenário de autoria do senhor deputado Adhail Sprenger Passos, e subscrita por diversos senhores deputados (Lê emenda).

Está em votação a emenda. **Aprovada.** Está em votação o o Projeto de Lei n.º 248/83. **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO— Do Projeto de Lei n.º 249/83, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mensagem n.º 169/83), que altera dispositivos da Lei Orgânica do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias — ICM, (Lei n.º 6364, de 29.12.72), e dá outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.A., à EMENDA SUBSTITUTIVA da C.C.J. e EMENDA da C.F., por maioria.

Está em votação a emenda da Comissão de Constituição e Justiça, cujo teor está publicado na Ordem do Dia dos trabalhos de hoje.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — (Pela ordem), senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) Está vossa excelência com a palavra pela ordem.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Para registrar a posição da bancada do PDS, contrária ao aumento da alíquota de ICM de 16 para 17 por cento e todas as outras alterações e propostas pelo pró-Consul Erasmo Garanhão, e que visam estabelecer a ditadura fiscal no Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) Está em votação. **APROVADA por maioria absoluta.**

Está em votação a Emenda da Comissão de Finanças, cujo teor se acha publicado na Ordem do Dia dos trabalhos de hoje. **APROVADA, por unanimidade.**

Está em votação o Projeto 249/83.

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO — (Para encaminhar) Senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) Para encaminhar, concedo a palavra ao senhor deputado Osvaldo Alencar Furtado.

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO — Senhor presidente e senhores deputados.

A mesma razão que nos levou a votar contra o aumento das taxas da Secretaria de Segurança Pública, nos conduz também ao mesmo procedimento, por entendermos até que há uma descaracterização de todo o postulado do PMDB, quando nós criticávamos o arrocho fiscal implantado neste País.

Hoje, eu vejo os governadores do meu Estado e do meu partido reunirem-se para discutir e tomar posição com relação a aprovação de mais um arrocho fiscal em cima do bolso do trabalhador. Nada ao meu ver, ou no meu entendimento, justifica-se mais sacrifício para o povo brasileiro. As más administrações grassariam pelo Brasil e o exemplo maior vem desde 64, quando com todos os poderes nas mãos, a famosa Redentora só trouxe malefícios para o povo do Brasil e para a Pátria Brasileira.

Face a este quadro de quase desespero de toda a Nação, ou apenas alguns privilegiados a se rebofiarem nos banquetes e nas orgias, e o povo a viver num sacrifício na preocupação constante das dificuldades de educação e da alimentação, por não ver prenúncios de melhora, por não ver um futuro mais promissor para os desempregados, para os sub-empregados e para os mal remun-

nerados também do Paraná e por saber que serão este os mais sacrificados e irão, na realidade, arcar com o ônus desse aumento, é que este deputado se posiciona também contra a sua aprovação, votando contrário a esse aumento, porque nós não poderíamos sacrificar em cima, sacrificar o povo do Paraná e, se assim o formos, eu desejo deixar bem claro que, no entendimento do meu posicionamento político, senhor presidente, senhores deputados, eu antevejo um quadro parecido com o do governo Médice e quando se pretende que o Estado se vá bem e o povo cada vez mais desgraçado.

Por conseguinte, não sou a favor de que o Estado vá bem e o povo vá a par com ele: muito bem. Por isto, o meu voto é contra a aprovação desse aumento. **Sem revisão do orador.**

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) Está em votação o Projeto 249/83.

O SR. GABRIEL MANOEL — (Para encaminhar) Senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) Para encaminhar, concedo a palavra ao senhor deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Nós queremos também fazer coro ao pronunciamento do dinâmico, do autêntico deputado Alencar Furtado, porque vemos que o direito do povo, nessa hora, e neste momento, senhor presidente, senhores deputados, o direito do povo postergado por ambições, talvez outras que não são e que não foram senhor presidente, que não foram senhores deputados, as pregações dos que diziam que iam salvar o Paraná.

Dizia Camões que a "voz se levanta" e se levantou uma voz da própria bancada do PMDB, o moço que tem uma trajetória política inabalável, uma trajetória que nós, com os cabelos encanecidos, devemos admirar, nós que sofremos uma derrota por uma consequência, talvez, dos fatos, e talvez, senhor presidente, senhores deputados, uma consequência de alternância de poder. Vemos agora os homens que, em palanque, defendiam até exaurir as suas palavras, o empresariado paranaense que clama por justiça, os operários, os homens que estão aí a pedir adjutórios nos semáforos de todas as esquinas.

Onde está a mensagem do PMDB? Onde está a mensagem de esperança para o empresariado paranaense? Quero me parabenizar, senhor presidente, senhores deputados, com o deputado Osvaldo Alencar Furtado, porque, autenticamente, contrariando o grande caudilho paranaense, ele soube dizer a verdade: não temeu e não teme que dizer a verdade, a verdade indefensável, o defensável, senhor presidente. Quando recebemos dos homens que financiaram a campanha de José Richa, a campanha do PMDB, telegramas pedindo que essa alíquota não fora majorada, senhor presidente, muito obrigado, deputado Erondy Silvério. Não fora majorada, senhor presidente, e veja a aberração. Onde estão os defensores, senhor presidente, onde estão as falsas sereias, os falsos messias que o digam os que aplicaram o dinheiro do povo em benefício da campanha de José Richa.

Eu quero ler aqui, senhor presidente, com a devida vênua, um telegrama da Federação das Associações Comerciais do Paraná... Homens que foram contra Saul Raiz, homens que foram contra o PDS, senhor presidente, clamando desta majoração, assinado pelo senhor Magnus Vítor Kaminski. Senhor presidente, onde estão as sereias, onde estão os messias que iam salvar a Pátria? Onde estão os homens que são favoráveis à majoração, senhor presidente, que diziam que iam acertar o desemprego no Paraná? Onde está o ilustre patrício, José Richa, senhor presidente? O homem que dizia de palanque a palanque que haveria de trazer o benefício ao Paraná e aos empresários? Onde está a força moral da bancada do PMDB, ao votar favorável aos "garanhões" ao votar favorável aos "delfins netos"?

Parabéns, deputado Osvaldo Alencar Furtado. Porque

Camões dizia: "levantou-se uma voz em favor do Paraná e de sua gente". Votaremos contra para votarmos com nossa consciência. Agora pergunto à bancada do PMDB, onde está a consciência do palanque? Onde está o jeito e a maneira de dizer ao seu poderoso chefe que basta? Basta de acumular, de incentivos fiscais, de elementos para o Paraná, "apenasmente", como dizia Odorico Paraguassu, para que o Paraná continue com o desemprego.

É isto que vemos. Os louva-Deus, os homens que dizem sim, que têm roupa de tergal, num senta e levanta a favor do "todo-poderoso Garanhão" e contra o povo do Paraná.

A história paranaense, senhor presidente, há de dizer quem está a favor do povo, quem está a favor do empresariado que aplicou dinheiro no Governo Richa. Coitado, "cada povo tem o governo que merece". Como dizia Jeca Tatu, "quem mandou votar nos homens". (Risos).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) Está em votação o projeto de Lei 249/83. **Aprovado por maioria.**

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Registrando posição contrária da bancada do PDS.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Mesa registra.

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO — (Pela Ordem).

Senhor presidente. Gostaria que constasse nos anais o voto contrário deste deputado.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos). A Mesa atende vossa excelência.

3ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei n.º 250/83, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mensagem n.º 165/83), que fixa o Módulo Unitário do Valor de Referência de Custas, de que trata o art. 16, da Lei n.º 7567, de 08.01.82, e dá outras providências Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei n.º 254/83, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mensagem n.º 171/83), que majora em 65 por cento (sessenta e cinco por cento) os vencimentos do funcionalismo público Civil e Militar do Estado, a partir de 1.º de janeiro de 1984. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Com EMENDAS DE PLÊNARIO.

Está em discussão o projeto e as emendas de plenário.

Em votação a Emenda n.º 01 de Plenário.— **Aprovada.**

Em votação a Emenda n.º 02 de Plenário.— **Aprovada.**

Em votação o projeto.— **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO— Do Projeto de Lei n.º 256/83, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mensagem n.º 173/83), que objetiva alterar dispositivos da Lei Complementar n.º 1, de 02.08.72, que institui o Conselho de Contribuintes e Recursos Fiscais (CCRF). Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F. por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO— Do Projeto de Lei n.º 257/83, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mensagem n.º 174/83), que transforma em autarquia, vinculada à Secretaria de Segurança Pública, o Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN), atualmente órgão da Administração Direta, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.S.P., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei n.º 258/83, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mensagem n.º 175/83), que obje-

tiva acrescentar parágrafos ao artigo 160, da Lei nº 1943, de 23.06.54, (Código da Polícia Militar do Estado), conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.S.P., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado.**

2ª DISCUSSÃO— Do Projeto de Lei nº 261/83, (Mensagem nº 179/83), de autoria do PODER EXECUTIVO, que autoriza o Poder Executivo doar ao município de Londrina, imóvel constituído de duas áreas contíguas de terra contendo prédio em alvenaria de tijolos, onde funciona o antigo Fórum, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Sobre a Mesa, requerimento de autoria do senhor deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do senhor Nazário Antônio de Oliveira, ocorrido recentemente no município de Barbosa Ferraz. **Aprovado** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Werner Wanderer, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos senhores secretários dos Transportes, e Diretor Geral do DER, encarecendo melhorias no trecho compreendido entre o município de Marechal Cândido Rondon ao Distrito de Porto Mendes, passando por Curvado e Iguaporã. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao senhor governador do Estado, encarecendo a liberação de recursos financeiros para pagamento do 13.º salário do funcionalismo público do município de Quinta do Sol. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao senhor governador do Estado, encarecendo a liberação de recursos financeiros para pagamento do 13.º salário do funcionalismo público do município de Roncador. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao senhor governador do Estado, encarecendo a liberação de recursos financeiros para pagamento do 13.º salário do funcionalismo público do município de Sertãozinho. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao senhor governador do Estado, encarecendo a liberação de recursos financeiros para pagamento do 13.º salário do funcionalismo público do município de Boa Esperança. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao senhor governador do Estado, encarecendo a liberação de recursos financeiros para pagamento do 13.º salário do funcionalismo público do município de Nova Cantu. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao senhor governador do Estado, encarecendo a liberação de recursos financeiros para pagamento do 13.º salário do funcionalismo público do município de Mamborê. **Aprovado.** Ao De-

partamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao senhor governador do Estado, encarecendo a liberação de recursos financeiros para pagamento do 13.º salário do funcionalismo público do município de Mariluz. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Márcio Almeida, constante do expediente, solicitando voto de repúdio às recentes medidas anunciadas pelo senhor ministro da Previdência Social, as quais pretendem ainda mais uma vez penalizar o previdenciário brasileiro. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Basílio Zanusso, constante do expediente, solicitando o envio de pedido de informações ao senhor secretário do Interior quanto aos municípios beneficiados em materiais para combate à erosão, através da SUCEPAR. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Gabriel Manoel, constante do expediente, solicitando transcrição nos Anais da Casa, da íntegra do telex enviado pelas Cooperativas Paranaenses, onde externam veemente protestos pelo aumento da alíquota do ICM. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de autoria do senhor deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao senhor governador do Estado, encarecendo a liberação de recursos financeiros para pagamento do 13.º salário do funcionalismo público do município de Peabiru. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 26, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 212/83.

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei nºs 247, 251 e 252.

3ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nºs 260 e 261/83. Levanta-se a sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO GABRIEL MANOEL, EM SESSÃO DO DIA 22 DE DEZEMBRO DE 1983.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS DO ESTADO DO PARANÁ

Circular nº 084/83.

Curitiba, 07 de dezembro de 1983.

Senhor Deputado

Através do presente transcrevemos teor telex enviado ao Senhor Governador do Estado do Paraná, ao qual solicitamos o apoio de vossa excelência.

“Em nome das Cooperativas Paranaenses externamos a grande insatisfação das lideranças de nosso cooperativismo com a aprovação pelo Senado Federal da elevação da alíquota do ICM de 16 por cento para 17 por cento.

A elevada carga deste imposto que hoje pesa sobre os ombros dos agricultores cooperativados certamente gerará graves problemas à economia estadual com um todo, em especial às

cooperativas que têm sido entidades fiéis e verdadeiras agências de renda em termos de recolhimento do ICM, como pode ser observado pelo recolhimento de tributos via cooperativas e demais setores da economia agrícola.

A maior penalização, mais uma vez, cabe ao setor primário à agricultura, cuja participação na economia estadual é mais significativa, sendo que esta passará a receber em cheio o impacto dessa majoração, sem qualquer forma de compensação.

Preocupa a excessiva carga tributária e fiscal que pesa sobre a já combatida agricultura, inviabilizando cada vez mais as mini, pequenas e médias propriedades, não mais pelas adversidades climáticas, mas sim pelo sufoco tributário, a própria experiência passada com o ICM mostrou a ser sua aplicação sobre os alimentos básico fator de desorganização da produção, levando as autoridades fazendárias à concessão dos benefícios como crédito presumido, diferimento e isenções, a fim de permitir o abastecimento regular dos centros urbanos, com gêneros de primeiríssima necessidade, uma vez que estavam desaparecendo da mesa do consumidor.

É pois, com estranheza que os agricultores, as lideranças e esta OCEPAR, tomaram conhecimento, de pronunciamento do excelentíssimo senhor secretário das Finanças Erasmo Garanhão veiculado pela imprensa, onde informa que no dia 06, estará defendendo em Brasília, em nome do governo do Paraná, na reunião do CONFAZ:

A— A retirada da isenção do ICM sobre o farelo de soja e milho, utilizado na produção de ração;

B— Manutenção do crédito presumido para frango, retirando porém a redução do Imposto devido (o Imposto que hoje é de 3,2 por cento iria para 6,4 por cento).

C— Retirada do crédito presumido com relação ao suíno (o Imposto de 6,4 por cento passará a 16 por cento).

Ora todos estes benefícios, conquistados pela Agricultura, após ingentes esforços parecem esquecidos. Não se atentando para as danosas consequências sociais e econômicas que sua perpetração irá causar para a agricultura estadual.

Estamos convencidos que se não representar a falência desses setores, levará por certo a sua elitização e exploração pelas grandes empresas econômicas.

Levará ao sacrifício das empresas que não sonham.
(Pela concorrência desleal).

Representará a marginalização dos pequenos produtores que hoje são a maior preocupação de nosso governo, além de passarem a onerar, igualmente, o consumidor final.

É por estas razões senhor governador que apelamos para que as medidas anunciadas não se concretizem, a fim de que o governo de vossa excelência não venha cometer tão clamorosa injustiça com a agricultura que hoje ainda é o orgulho da Nação.

Sendo o que se apresenta para o momento, ao ensejo reiteramos as nossas cordiais

Saudações Cooperativistas.

(a) GUNTOLF VAN KAICK
Presidente.